

Assunto: Suspeição – Ação contra reeleição de Guilherme Uchoa	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: 7	Data: 15/04/2015



► REELEIÇÃO

Juiz desiste de ação contra Guilherme Uchoa

TAUAN SATURNINO

O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Évio Marques da Silva, declarou ontem que não participará do julgamento da Ação Civil Pública promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pernambuco (OAB-PE) contra as reeleições do presidente e do quarto-secretário da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), Guilherme Uchoa (PDT) e Eriberto Medeiros (PTC), para seus respectivos cargos na Casa.

Em seu despacho, Évio Marques disse que sua presença no

caso poderia por em dúvida a imparcialidade necessária no julgamento do caso. “Prudência é uma máxima que deve nortear todos os provimentos judiciais. Assim, averbo-me suspeito, por motivo de foro íntimo, para julgar presente feito, de sorte a evitar qualquer dúvida quanto à necessária imparcialidade do julgador da causa”, argumentou.

Ainda segundo o juiz, a explicitação dos motivos de sua decisão serão comunicados, confidencialmente, ao Egrégio Conselho da Magistratura. Com o afastamento do magistrado, os autos do processo serão

encaminhados para a 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que tem a juíza Mariza Borges como titular.

O processo da OAB-PE, distribuído em fevereiro para a 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, e tombado sob o nº 0008758-92.2015.8.17.0001, visa impugnar a eleição da Mesa Diretora da Alepe, que reconduziu ao cargo de presidente, pela quinta vez consecutiva, o deputado Guilherme Uchoa, e ao cargo de 4º secretário, pela terceira vez, o deputado Eriberto Medeiros. A OAB-PE entende que as reeleições ferem a Constituição de Pernambuco.

Assunto: Governo do Estado entra com pedido de ilegalidade da greve dos professores no Judiciário	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 1	Data: 15/04/2015



PROFESSORES - Governo do Estado entrou com pedido de ilegalidade da greve junto ao TJPE. Decisão sai hoje.

■ Página 2

Assunto: Estado ingressou com recurso – Greve dos professores	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 2	Data: 15/04/2015



Estado ingressou com recurso em caráter de urgência

Felipe Ribeir



NAS ESCOLAS, os estudantes da rede pública estadual aguardam por soluções que não prejudiquem o ano letivo

Pedido de ilegalidade será julgado hoje

■ PROFESSORES esperam pela avaliação do desembargador Jovaldo Nunes, do Tribunal de Justiça de Pernambuco

A Procuradoria-Geral do Estado ingressou com pedido de ilegalidade da greve dos professores da rede estadual ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O recurso, feito ontem em caráter de urgência, será avaliado pelo desembargador Jovaldo Nunes hoje. De acordo com o procurador-geral do Estado, César Caúla, há um equívoco na pauta de reivindicações. A explicação se dá porque não há vinculação entre a remuneração dos professores de nível médio e dos docentes com licenciatura, já que são cargos distintos.

Caúla também afirmou que a data-base da categoria é em junho e o sindicato não as-

segurou o mínimo de funcionamento previsto por lei, já que se trata de serviço essencial, bem como não notificou a deflagração da paralisação formalmente. Em meio à nova situação, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), Fernando Melo, afirmou que as atividades do movimento paredista serão mantidas. “Vamos aguardar o posicionamento da Justiça. Caso nos seja desfavorável, vamos contestar”, disse.

No segundo dia de greve, a Folha visitou instituições de ensino e viu salas de aula cheias, como a Escola de Referência em Ensino Médio Porto Digital, no Bairro do Recife. Apenas seis dos 18 professores aderiram à manifestação. O gestor da escola, Gleibson Cavalcanti, garantiu que os alunos não serão prejudicados. “São 385 alunos matriculados. Nenhum faltou até agora. Não seremos atingidos pela greve”, enfatizou. De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, 48% (506 escolas)

Folha resume

O pedido de ilegalidade da greve dos professores do Estado será julgado hoje pelo desembargador Jovaldo Nunes. No segundo dia de paralisação, a movimentação nas escolas foi boa. Para hoje, categoria prevê caminhada até a sede do Governo para solicitar diálogo produtivo e eficaz.

não paralisaram as atividades, enquanto 31% (319 unidades) aderiram parcialmente, enquanto 21% (220 escolas) pararam totalmente. Os números são referentes às aulas do turno da manhã. A pasta continua solicitando que os pais ou responsáveis entrem em contato com as escolas dos seus filhos para saber se a unidade está com as atividades normalizadas.

Já no Ginásio Pernambucano, em Santo Amaro, a adesão foi de mais de 90% dos docentes. Lá as aulas estão suspensas. “Na última greve foram descontadas

as faltas do meu salário. No entanto, não vou cessar a luta”, afirmou o professor José Elisomar. Segundo o Sintepe, as medidas da administração estadual não irão impactar o movimento, que teve 70% de adesão no primeiro dia de greve.

Hoje, às 15h, próximo à sede da Fiepe, haverá programação da categoria. “Vamos concentrar e seguir para o palácio. Lá, iremos entregar um documento ao Governo do Estado solicitando a abertura imediata de um processo de negociação que seja produtivo e eficaz”, antecipou Melo.

Assunto: Conferência – Corregedor geral da Justiça de Pernambuco	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção: Persona
Página: 2	Data: 15/04/2015



JUDICIÁRIO

Eduardo Paurá, Corregedor Geral de Justiça, promove, amanhã, às 15h, conferência com o jurista, jornalista e ex-ministro Walter Costa Porto com o tema “A Relação Dialética e Contraditória entre a Imprensa e o Judiciário”, no Fórum Des. Rodolfo Mariano. A editora-executiva da **Folha**, Leusa Santos, representa a editora-chefe, Patrícia Raposo. Os jornalistas Ivanildo Sampaio, Jô Mazzarollo e Jozil Barros, além do secretário de Justiça, Pedro Eurico, também participam.

Assunto: Servidor do TJPE é assassinado

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Capa Dois

Seção:

Página: 2

Data: 15/04/2015

jornal do  commercio

Servidor do TJ é assassinado

Um servidor do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) foi assassinado a tiros por volta das 18h de ontem na Avenida Pan Nordestina, em Olinda, Grande Recife. De acordo com a polícia, Anderson Lima Ribeiro, 32 anos, pilotava sua moto nas imediações da concessionária Autonunes quando foi abordado e executado com sete disparos de revólver calibre 38. O responsável pelo crime conseguiu fugir.

Anderson Ribeiro era casado e deixa uma filha de 8 anos. Segundo familiares, a vítima não tinha inimigos e era muito dedicada ao trabalho e aos estudos. "Ele era muito querido por todos, uma pessoa maravilhosa. Foi da Polícia Militar, sargento do Exército, ingressou na Guarda Municipal do Recife e estava muito feliz por ter entrado recentemente no TJ. A vida dele era estudar", comentou José Adriano da Silva, padrasto da esposa de Anderson.

Conforme informações re-



Ricardo B. Labastier/JC Imagem

OLINDA Crime ocorreu na Avenida Pan Nordestina, às 18h

passadas pela Polícia Civil, o modo como a vítima foi morta mostra que o assassino tinha a intenção de executá-la. "Anderson foi atingido por um tiro na cabeça, que transfixou o capacete, quatro nas costas e dois no ombro, todos indicativos de que ele ainda estava pilotando a moto no momento

dos disparos", afirmou o perito Gilmário Brito.

Apesar da hipótese, a polícia ainda não tem uma linha de investigação definida para o caso. A família de Anderson chegou a cogitar uma briga de trânsito, mas nenhuma possibilidade foi descartada pelos investigadores. "Familiares e

amigos da vítima dizem que ele não tinha envolvimento com nenhuma atividade ilícita, por isso estão todos surpresos com a execução. Ainda é prematuro apontarmos uma motivação para o crime, mas tudo será esmiuçado pela polícia através da investigação", disse a delegada Josineide Confessor, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Anderson era irmão de Alison Lima Ribeiro, do 6º BPM, assassinado a tiros em outubro de 2013 quando saía do serviço em Moreno, na Região Metropolitana do Recife.

O militar chegou a passar quatro dias internado no Hospital Otávio de Freitas (HOF), mas não resistiu à gravidade dos ferimentos. Questionada sobre a possibilidade de os crimes estarem relacionados, Josineide Confessor não excluiu a possibilidade, mas também não a confirmou. "Só no final das diligências poderemos afirmar com certeza o que aconteceu".

Assunto: Greve dos professores – Governo pede ilegalidade da greve ao TJPE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção:
Página: 1	Data: 15/04/2015

jornal do commercio



Fotos: Guipa Matos/JC Imagem

DESABAFO Professores Izael Cavalcanti e Jaciara Silva foram para a frente do Palácio do Governo protestar. Impedidos pela guarda, ficaram na Ponte Buarque de Macedo. Na faixa, também criticaram o Pacto pela Vida

Temporários demais à frente da educação

PROFESSORES Oficialmente, 43% dos docentes têm contrato provisório. Sintepe e MPPE cobram concurso

TEMPORÁRIOS DEMAIS À FRENTE DA EDUCAÇÃO

PROFESSORES Oficialmente, 43% dos docentes têm contrato provisório. Sintepe e MPPE cobram concurso

Margarida Azevedo

mazevedo@jc.com.br

Quase a metade dos professores que atuam nas escolas estaduais e nos programas de educação do governo de Pernambuco não faz parte do quadro de servidores. Dos 40.695 professores ativos, 17.530 são contratados temporariamente, o que representa 43% do corpo docente. Outros 23.165 são efetivos. O alto número de contratos temporários é criticado pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), que, em novembro de 2011, ingressou com uma ação judicial pedindo que o governo fosse impedido de realizar novas contratações provisórias e realizasse concurso público para professor. Três anos e quatro meses depois, o processo ainda tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública.

A abertura de concurso é um dos itens da pauta de reivindicações dos docentes estaduais, que estão em greve desde a última segunda-feira. "É um absurdo, uma excrescência haver tantos professores com contratos temporários. Defendemos concurso. Os docentes temporários recebem menos que os efetivos e não têm valorização na carreira", observa o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), Fernando Melo. A categoria pede também que o reajuste de 13,01% do piso do magistério seja concedido a todos os mestres e não apenas aos que têm nível médio, como ficou definido na lei estadual aprovada no fim de março.

Na Escola Estadual João Barbalho, em Santo Amaro, área central do Recife, há 36 professores, dos quais 22 são temporários e 14 efetivos, segundo o diretor, Natanael José da Silva. Na Escola de Referência em Ensino Médio Carlos Soares da Silva, localizada no município de Salgadinho, no Agreste, são 14 docentes temporários e apenas um efetivo, segundo o Sintepe. O JC tentou entrevistar cinco mestres que atuam como temporários, mas nenhum se prontificou a falar com receio de perder o contrato.

A promotora de Educação Eleonora Rodrigues considera um abuso do Estado ter tantos temporários nas escolas estaduais. "Esses professores não criam vínculo com a comunidade escolar e a remuneração deles é menor que a dos efetivos. Sai mais barato para o governo mantê-los, em vez de abrir concurso. Os contratos temporários deixaram de ter um caráter excepcional e passaram a ser a regra", destaca a promotora. "A ação está se arrastando no Judiciário", complementa.

O juiz Évio Marques, da 2ª Vara da Fazenda, informou, por meio da assessoria de imprensa, que o governo contestou os argumentos do MPPE. Ele entendeu que a Promotoria de Educação deveria replicar. Mandou intimação para a promotoria, que não a aceitou com a justificativa de que deveria vir acompanhada do processo, o que não ocorreu. "A contestação foi feita sim. A ação está pronta para ser julgada. O que falta é a Justiça se posicionar", diz Eleonora. O processo está parado desde novembro do ano passado.

Governo pede a ilegalidade da paralisação

Um dia depois de anunciar o corte do ponto dos professores em greve, o governo do Estado entrou com uma ação junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) pedindo a ilegalidade do movimento. Segundo o procurador-geral do Estado, César Caúla, a data-base da categoria é em junho e antecipar a discussão é “impróprio”.

Caso o TJPE considere a greve ilegal, a categoria deverá voltar ao trabalho imediatamente, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100 mil. O presidente do Sintepe, Fernando Melo, não foi localizado por telefone, ontem à noite, para comentar a medida. À tarde, o sindicato calculou que a adesão da categoria permaneceu de 70%, no segundo dia de greve.

Em relação à contratação provisória de docentes, o Estado alega ser necessária para atender programas temporários, a exemplo do Chapéu de Palha, Mãe Coruja, Paulo Freire e Se Liga. “São programas especiais, com especificidades e tempo certo de duração”, ressalta a secretária-executiva de Desenvolvimento da Educação, Ana Selva.

Apesar disso, mestres com contratos temporários são designados para atuar no ensino regular. “Há áreas, como a de exatas, para a qual nem sempre temos professores habilitados do quadro efetivo. É quando chamamos os temporários”, explica. Ana Selva não acredita que haja comprometimento na qualidade do ensino.

Segundo a secretária-executiva, a gestão reconhece a necessidade de concurso para professor. “Há o plano de abrir concurso, mas ainda sem data prevista. Está sendo feito um levantamento na rede para termos noção exata das vagas”, diz Ana Selva.

A rede estadual de ensino em números

Editoria de Arte/JC

17.530

professores temporários

23.165

docentes efetivos

40.695

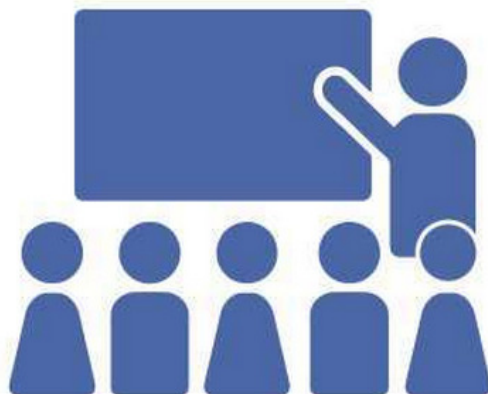
é o total do corpo docente ativos na rede

26.651

professores efetivos aposentados

13,01%

é o percentual de reajuste reivindicado pelo professores para toda a categoria e não apenas para quem tem magistério



2008

foi o último ano que houve concurso para professor

650 mil

alunos matriculados

1.049

escolas

1.917,78

reais é o valor do piso salarial do magistério

Assunto: Greve dos professores – Psol entra com mandado de segurança no Judiciário	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção:
Página: 4	Data: 15/04/2015

jornal do  **commercio**

Greve acirra ânimos entre deputados

ALEPE Edilson Silva foi à Justiça contra o corte de ponto de professores em greve e Teresa Leitão acusou gestão estadual de “sequestrar” o salário dos grevistas. Governo reagiu

Paulo Veras
politica@jc.com.br

O deputado estadual Edilson Silva (PSOL) ingressou ontem com um mandado de segurança contra a decisão do governador Paulo Câmara (PSB) de cortar o ponto dos professores estaduais em greve. O pedido foi protocolado no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no início da tarde e acusa o governo de usar o mecanismo para constranger os servidores. O desembargador responsável pelo caso ainda não foi sorteado (leia mais sobre a greve dos professores em Cidades).

Na Assembleia Legislativa (Alepe), Edilson criticou duramente o governador, a quem chamou de “autoritário” e “truculento”. “Esse decreto é um abuso de autoridade”, disparou o deputado para o plenário praticamente vazio após a saída de quase toda a bancada governista. “Ou esse é um governo que tem uma ausência escandalosa de assessoria jurídica ou é um governo que tem no seu DNA a mais fina flor do autoritarismo”, emendou.

Para a deputada Teresa Leitão (PT), ex-presidente do Sin-



PSOL Edilson Silva: governo “autoritário” e “truculento”

dicato dos Trabalhadores da Educação em Pernambuco (Sintepe), o governador está sequestrando o salário dos professores porque os servidores que estiverem em greve receberão apenas no dia 5 de maio, enquanto aqueles que não participarem da mobilização terão o vencimento depositado no dia 29 de abril. “É um decreto tão autoritário que não deve em na-

da aos decretos das greves da ditadura militar”, cravou.

Em nota, o governo reafirmou que estão mantidas as decisões de cortar os salários e rescindir o contrato dos docentes temporários. O texto também diz que as negociações salariais só serão retomadas após o fim da greve.

Antes do discurso de Edilson, a Assembleia aprovou por

unanimidade, em primeira votação, dois projetos que aumentam em 8% os salários dos servidores da Casa e do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

ARCO

Após uma discussão de 40 minutos, o Legislativo estadual também aprovou a divisão de uma área de proteção ambiental em Moreno que foi apresentada pela bancada governista como o último empecilho para que a Agência Estadual de Meio Ambiental (CPRH) aprove o início das obras do Arco Metropolitano.

O debate teve início depois que Priscila Krause (DEM) criticou a falta de análise do projeto, que foi apresentado pelo governo na última sexta (11). De acordo com o deputado Aluísio Lessa (PSB), a urgência na tramitação é para que a presidente Dilma Rousseff possa ser cobrada sobre a execução do projeto quando vier a Pernambuco no final do mês para inauguração da fábrica da Jeep, em Goiana. A proposta foi aprovada após um acordo do governo e da oposição para que o secretário de Meio Ambiente, Sérgio Xavier, vá à Alepe esclarecer o projeto antes da segunda votação.

Sérgio Bernatino/JC Imagem

Assunto: Servidores do Judiciário aderem a paralisação nacional	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Capa	Seção:
Página: 1	Data: 15/04/2015

DIARIOde**PERNAMBUCO**

RECIFE ADERE A PARALISAÇÃO NACIONAL

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) convocou uma grande mobilização contra o projeto da terceirização com paralisação e manifestações em Brasília e em outras 18 capitais. No Recife, metroviários, rodoviários, bancários, professores e servidores da prefeitura e do Tribunal de Justiça de Pernambuco participam do ato.

POLÍTICA B3

Assunto: Servidores do Judiciário aderem a paralisação nacional

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: Política

Seção:

Página: B3

Data: 15/04/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Paralisação em várias capitais

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) convocou uma grande mobilização contra o projeto da terceirização com paralisação e manifestações em Brasília e em outras 18 capitais. No Recife, metroviários, rodoviários, bancários, professores e servidores da prefeitura e do Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiram aderir à paralisação geral convocada para hoje pela CUT. O metrô não funcionará durante todo o dia, a partir da 0h. De acordo com Genildo Pereira, assessor de comunicação do Sindicato dos Rodoviários, a categoria definiu em assembleia pela participação na greve. Entretanto, o grupo não definiu horário para começo ou fim da suspensão do serviço. Apesar do posicionamento dos sindicatos, o MetroRec e o Grande Recife Consórcio de Transporte negaram a possibilidade de greve dos serviços.

Os bancários de Pernambuco aprovaram, na noite de ontem, uma paralisação de 24 horas. De acordo com representantes do sindicato da categoria, a ideia é suspender o atendimento no maior número de agências. Hoje, o estado conta com 610 unidades. São aproximadamente 12 mil tra-

“

A situação dos terceirizados tende a piorar. Hoje eles já ganham em média 25% menos que o funcionário direto e há alta rotatividade”

Alexandre Colombo, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

GABRIELA KOROSSY/CAMARA DOS DEPU



Manifestações estão marcadas para 18 estados e Brasília

balhadores. O sindicato programou um ato em frente ao Banco do Brasil da Avenida Rio Branco, no Bairro do Recife, entre 10h e 12h.

A CUT Pernambuco ainda convocou uma manifestação, às 14h, em frente à Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), no bairro de Santo Amaro, área central do Recife. O grupo sairá em passeata até os portões do Palácio do Campo das Princesas, sede do governo estadual, no Centro do Recife.

Opinião

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Alexandre

Colombo, não vê melhorias para o trabalhador com a aprovação do projeto da terceirização. “A situação dos terceirizados tende a piorar. Hoje eles já ganham em média 25% menos que o funcionário direto e há alta rotatividade”.

Edgar Aparecido Pescara, de 42 anos, é funcionário terceirizado da área de logística de uma montadora no ABC há nove anos e teme pela deterioração das condições de trabalho. “O sonho de todo terceirizado é ser contratado e o projeto de lei 4.330 não só acaba com esse sonho, como estende a condição, que é ruim, para outros trabalhadores.”

Assunto: Estado pede na Justiça ilegalidade da greve dos professores	
Veículo: JConline	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

PERNAMBUCO

Estado pede na
Justiça ilegalidade da
greve dos professores



Assunto: Estado pede na Justiça ilegalidade da greve dos professores	
Veículo: JConline	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Estado pede ilegalidade da greve dos professores

Procuradoria-Geral entrou com ação junto ao Tribunal de Justiça



Escolas da rede estadual estão sem funcionar ou funcionando parcialmente desde segunda-feira (13)

Foto: Guga Matos/JC Imagem

Um dia depois de anunciar o corte do ponto dos professores em greve, o governo do Estado entrou com uma ação junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) pedindo a ilegalidade do movimento. Segundo o procurador-geral do Estado, César Caúla, a data-base da categoria é em junho e antecipar a discussão é “impróprio”.

Caso o TJPE considere a greve ilegal, a categoria deverá voltar ao trabalho imediatamente, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100 mil. O presidente do Sintepe, Fernando Melo, não foi localizado por telefone, na noite desta terça-feira, para comentar a medida. À tarde, o sindicato calculou que a adesão da categoria permaneceu de 70%, no segundo dia de greve.

No início da noite, o governo divulgou nota sobre a paralisação. Confira:

O Governo de Pernambuco reafirma que um dos seus principais compromissos é com a qualidade da educação e a valorização dos profissionais de educação. No entanto, diante da atitude inusitada do Sindicato dos Profissionais em Educação de Pernambuco (Sintepe), em romper com o Estado durante o processo de negociação, decretando greve por tempo indeterminado, o Governo de Pernambuco reitera sua intenção de continuar negociando apenas com a condição da suspensão da greve e consequente retorno ao trabalho. Enquanto isso, o Governo mantém sua decisão através da Portaria Conjunta entre as secretarias de Administração (SAD) e Educação (SEE) que determina o corte nos salários, dos dias não trabalhados, dos professores que aderiram a greve, a rescisão dos para os docentes temporários e a substituição e transferência para outras unidades dos servidores lotados nas escolas de referência.

Assunto: PSOL entra com mandado de segurança contra corte do ponto dos professores estaduais em greve	
Veículo: JConline	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

PSOL entra com mandado de segurança contra corte do ponto dos professores estaduais em greve

Desembargador que analisará pedido ainda não foi sorteado pelo TJPE



Para Edilson Silva, governador Paulo Câmara abusou da autoridade e DNA do governo tem fina flor do autoritarismo

Foto: João Bitá / Alepe

O deputado estadual Edilson Silva (PSOL) ingressou ontem com um mandado de segurança contra a decisão do Governo de Pernambuco de cortar os pontos dos professores estaduais em greve. O pedido foi protocolado no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no início da tarde e acusa o governo de usar o mecanismo para constranger os servidores. O desembargador responsável pelo caso ainda não foi sorteado.

Na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), Edilson criticou duramente o governador Paulo Câmara (PSB), a quem chamou de autoritário e truculento. “Esse decreto é um abuso de autoridade do governador e de seus secretários”, disparou. “Ou esse é um governo que tem uma ausência escandalosa de assessoria jurídica ou é um governo que tem no seu DNA a mais fina flor do autoritarismo”, emendou.

O deputado foi apoiado por colegas da bancada de oposição. “As pessoas começam a compreender a falta de liderança e de capacidade de conduzir o Estado (de Paulo Câmara)”, afirmou Silvio Costa Filho (PTB). “Um governo que se gaba de ser socialista traz esse tipo de rótulo para os dias atuais”, disse Priscila Krause (DEM).

Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Pernambuco (Sintepe), a deputada Teresa Leitão (PT) fez um dos discursos mais duros, afirmando que o governador está sequestrando o salário dos professores porque os servidores que estiverem em greve receberão apenas no dia 5 de maio, enquanto aqueles que não fizerem greve terão o vencimento depositado no dia 29 de abril. “É um decreto que é tão autoritário que não deve em nada aos decretos das greves da ditadura militar”, cravou.

Edilson Silva discursou para o plenário quase vazio. Um dos poucos deputados governistas a acompanhar a fala, Tony Gel (PMDB) citou passagens da bíblia para pedir que a oposição ouvisse a versão do governo e lembrou que Paulo Câmara assumiu há pouco mais de 100 dias. “Acho muito prematuro deflagar uma greve em um governo que está apenas começando. Será um prejuízo muito grande para a garotada”, ponderou.

Assunto: Servidor do TJPE é executado em Olinda	
Veículo: JConline	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Servidor do TJPE é executado em Olinda

Anderson Lima Ribeiro foi assassinado na Avenida Pan Nordestina no início da noite. Executor conseguiu fugir



Vítima foi atingida por sete disparos de revólver calibre 38
Foto: Ricardo B. Labastier/ JC Imagem

Um servidor do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) foi assassinado a tiros por volta das 18h desta terça-feira (14) na Avenida Pan Nordestina, em Olinda, Grande Recife. De acordo com a polícia, Anderson Lima Ribeiro, 32 anos, pilotava sua moto nas imediações da concessionária Autonunes quando foi abordado e executado com sete disparos de revólver calibre 38. O responsável pelo crime conseguiu fugir.

Anderson Ribeiro era casado e deixa uma filha de 8 anos. Segundo familiares, a vítima não tinha inimigos e era muito dedicada ao trabalho e aos estudos. “Ele era muito querido por todos, uma pessoa maravilhosa. Foi da Polícia Militar, sargento do Exército, ingressou na Guarda Municipal do Recife e estava muito feliz por ter entrado recentemente no TJ. A vida dele era estudar”, comentou José Adriano da Silva, padrasto da esposa de Anderson.

Conforme informações repassadas pela Polícia Civil, o modo como a vítima foi morta mostra que o assassino tinha a intenção de executá-la. “O Anderson foi atingido por um tiro na cabeça, que transfixou o capacete, quatro nas costas e dois no ombro, todos indicativos de que ele ainda estava pilotando a moto no momento dos disparos”, afirmou o perito Gilmário Brito.

Apesar da hipótese, a polícia ainda não tem uma linha de investigação definida para o caso. A família de Anderson chegou a cogitar uma briga de trânsito, mas nenhuma possibilidade foi descartada pelos investigadores. “Familiares e amigos da vítima dizem que ele não tinha envolvimento com nenhuma atividade ilícita, por isso estão todos

surpresos com a execução. Ainda é prematuro apontarmos uma motivação para o crime, mas tudo será esmiuçado pela polícia através da investigação”, disse a delegada Josineide Confessor, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Anderson era irmão de Alisson Lima Ribeiro, do 6º BPM, assassinado a tiros em outubro de 2013 quando saía do serviço em Moreno, na Região Metropolitana do Recife. O militar chegou a passar quatro dias internado no Hospital Otávio de Freitas (HOF), mas não resistiu à gravidade dos ferimentos. Questionada sobre a possibilidade de os crimes estarem relacionados, Josineide Confessor não excluiu a possibilidade, mas também não a confirmou. “Só no final das diligências poderemos afirmar com certeza o que aconteceu”.

Assunto: Vara da Mulher de Caruaru está suspensa por corte no orçamento do Judiciário	
Veículo: NE10	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Vara da Mulher de Caruaru está suspensa por corte no orçamento do Judiciário



(Foto: Ascom TJPE)

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) aguardará que o governo do Estado apresente uma solução para o corte no orçamento do Judiciário. A decisão foi tomada em reunião do Pleno, nessa segunda-feira (13). Em ofício enviado para a Presidência do TJPE, o Governo reforçou a autonomia do Judiciário, afirmando a impossibilidade de repassar parte dos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015.

O Executivo informou ainda, no documento, que após o fechamento do primeiro quadrimestre do ano será possível construir uma solução para o problema. Uma nova reunião do Pleno está prevista para o início de maio, quando voltará a discutir o assunto.

– Queremos reafirmar o nosso compromisso com os postulados da independência e da autonomia do Judiciário, para que possamos prestar um serviço mais eficiente para a população. Isso não impede, antes aconselha, que estejamos disponíveis para o diálogo com vistas à resolução do problema. É importante dizer que sem esses recursos muitos projetos ficam inviabilizados, ressaltou o desembargador Frederico Neves, presidente do TJPE.

Com o corte no orçamento foram suspensos projetos que reforçam o combate ao crime, previstos para este ano. Como a duplicação das Varas de Violência contra a Mulher e das Varas de Entorpecentes de Recife; a instalação das Varas de Violência Contra a Mulher de Caruaru e Petrolina, a criação da Vara de Combate ao Crime.

Assunto: Pernambuco vai aderir à paralisação nacional – Servidores TJPE	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Pernambuco vai aderir à paralisação nacional

O protesto é contra a aprovação do projeto de lei 4330/04

Metroviários, rodoviários, bancários, professores e servidores da Prefeitura do Recife e do Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiram aderir à paralisação geral, nesta quarta-feira (15). A greve, convocada pela Central Única dos Trabalhados (CUT), é um protesto contra a aprovação do projeto de lei 4330/04, que legaliza a terceirização em todos os postos da cadeia produtiva.

No estado, o metrô não funcionará durante todo o dia, a partir da 0h. De acordo com Genildo Pereira, assessor de comunicação do Sindicato dos Rodoviários, a categoria definiu em assembleia pela participação na greve. Entretanto, o grupo não definiu horário para começo ou fim da suspensão do serviço. Apesar do posicionamento dos sindicatos, o MetroRec e o Grande Recife Consórcio de Transporte negaram a possibilidade de greve dos serviços.

Os bancários de Pernambuco aprovaram, na noite desta terça-feira (14), uma paralisação de 24 horas. De acordo com representantes do sindicato da categoria, a ideia é suspender o atendimento no maior número de agências. Hoje, o estado conta com 610 unidades. São aproximadamente 12 mil trabalhadores. O sindicato programou um ato em frente ao Banco do Brasil da Avenida Rio Branco, no Bairro do Recife, entre 10h e 12h.

A CUT Pernambuco ainda convocou uma manifestação, às 14h, em frente a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), no bairro de Santo Amaro, área central do Recife. O grupo sairá em passeata até os portões do Palácio do Campo das Princesas, sede do governo estadual, no centro do Recife.

Assunto: Servidores do Judiciário farão passeata contra corte no orçamento do TJPE	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Servidores do Judiciário farão passeata contra corte no orçamento do TJPE

Ato marca o terceiro dia de paralisação da categoria

Os servidores de Judiciário de Pernambuco, em paralisação desde a segunda-feira passada, reúnem-se em assembleia geral nesta quarta-feira. Em seguida, a categoria promete realizar uma grande passeata em direção ao Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo do Estado.

A caminhada deve sair às 15h, do Fórum Paula Batista, no bairro de Santo Antônio. Os organizadores esperam reunir cerca de mil pessoas, com apoio do Sindicato dos Servidores de Justiça do Estado de Pernambuco (Sindjud-PE), que está convocando toda a categoria a ampliar o nível de engajamento e fortalecer a luta pela valorização da carreira.

O impasse quanto ao orçamento do TJPE continua e os servidores permanecem sem definição quanto ao principal pleito da categoria. Na manhã da segunda-feira passada, a sessão extraordinária do Pleno, convocada para apreciar as medidas administrativas e judiciais em razão dos cortes no orçamento, decidiu aguardar até o final do mês de abril. Na ocasião, o presidente do tribunal, Frederico Neves, leu documento encaminhado pelo Governador do Estado Paulo Câmara, que pediu mais tempo para apresentar uma resposta definitiva.

Por meio de ofício enviado terça-feira à presidência do TJPE, o Governo afirma que só poderá apresentar uma definição após o fechamento do quadrimestre das contas e acredita ser possível construir uma solução dialogada para o problema. O Pleno ficará em estado de convocação permanente e deve se reunir na primeira semana do mês de maio. Também ficou definido que a Direção do Tribunal fará contato com escritório de advocacia para analisar as medidas jurídicas cabíveis caso a situação não seja solucionada.

Para a categoria, a demora na solução do impasse prejudica diretamente os servidores da Justiça estadual que atualmente recebem o menor salário base do Brasil. Desde o dia 02 de outubro de 2014, a Sessão do Pleno aprovou, por unanimidade, a proposta orçamentária da Justiça estadual para 2015, com a reserva de recursos específicos para a progressão funcional, mas até agora o projeto não foi implantado.

Assunto: Governo de PE pede ilegalidade da greve dos professores à Justiça	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



GREVE DOS PROFESSORES

Governo pede que TJ decrete ilegalidade

👍 30

Assunto: Governo de PE pede ilegalidade da greve dos professores à Justiça	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:

G1**PERNAMBUCO**

Governo de PE pede ilegalidade da greve dos professores à Justiça

Solicitação foi protocolado pela Procuradoria-Geral do Estado nesta terça. Pedido será analisado pelo desembargador Jovaldo Nunes.



A Procuradoria-Geral do Estado protocolou, na tarde desta terça (14), pedido de ilegalidade da greve dos professores da rede estadual no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Os docentes estão de braços cruzados desde a última sexta (10) e reivindicam aumento de 13,01% para toda a categoria, formada por quase 50 mil profissionais. A proposta do governo estadual é aumentar o salário dos docentes com ensino médio (antigo magistério), o que corresponde a 10% da categoria.

Segundo a assessoria de imprensa do TJPE, o pedido de ilegalidade será analisado pelo desembargador Jovaldo Nunes, que deve pronunciar a decisão nesta quarta (15). Em nota, a Secretaria Estadual de Educação informou que 51% das escolas foram afetadas com a paralisação nesta terça. De acordo com levantamento da pasta, “31% (319 unidades) paralisaram parcialmente e 21% (220 escolas) aderiram totalmente à paralisação”. Já 48% (506 escolas) não paralisaram as atividades. Os números são referentes às aulas do turno da manhã.

Nesta terça, o governo estadual publicou portaria no Diário Oficial determinando o corte do ponto dos professores que aderirem à greve. A medida inclui, ainda, a possibilidade de rescisão dos contratos dos servidores contratados temporariamente; e a chance de troca de localização dos servidores lotados nas escolas de referência.

Mesmo com a publicação das determinações, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), Fernando Melo, afirmou que a greve está mantida. Os docentes só devem avaliar a situação da greve em assembleia, na próxima sexta-feira (17), no Centro de Convenções. Nesta quarta, a categoria planeja fazer uma passeata na capital.

De acordo com o governo do estado, o aumento não foi dado a todos os professores porque Pernambuco já pagava o piso superior ao valor estipulado pelo governo federal. Aqueles que recebiam abaixo do piso, que eram 4.060 professores, foram contemplados com o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa, que concedeu o aumento de 13,01%.

Assunto: Servidor público é executado com 7 tiros no Complexo Salgadinho, em PE	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Servidor público é executado com 7 tiros no Complexo Salgadinho, em PE

Ele voltava para casa, em Olinda, após o trabalho no Fórum Joana Bezerra. Homem foi baleado enquanto pilotava sua moto, por volta das 18h30 de 3ª.

Um homem foi assassinado com sete tiros no Complexo Salgadinho, em Olinda, na noite da terça-feira (14). De acordo com a polícia, ele era servidor público e estava voltando para casa, depois do trabalho quando, foi executado.

Segundo a polícia, o homem, de 32 anos, foi alvejado enquanto pilotava sua moto, por volta das 18h30, nas proximidades do Viaduto Luiz Delgado. O autor do crime não foi encontrado, mas o caso está sendo investigado pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Parentes informaram que o servidor público trabalhava como técnico judiciário no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, que fica na Ilha Joana Bezerra, no Recife. Quando foi morto, estava a caminho de casa, em Jardim Atlântico, Olinda.

Ainda segundo os parentes da vítima, ele é irmão de um policial militar que foi assassinado em outubro de 2013 no município de Moreno, na Região Metropolitana do Recife.

Assunto: Número de escolas afetadas pela greve dos professores da rede estadual aumenta	
Veículo: folhape.com.br	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Número de escolas afetadas pela greve dos professores da rede estadual aumenta

Paralisação parcial chegou a 31%. Governo pede ilegalidade da greve



Conforme levantamento da Secretaria de Educação de Pernambuco, divulgado na tarde desta terça-feira (14), 21% (220) das escolas tiveram as aulas paralisadas totalmente neste segundo dia de greve dos professores da rede estadual. O número é ligeiramente menor que o da última segunda (13), quando 22% das unidades foram totalmente afetadas. Já a paralisação parcial, que foi de 23%, no primeiro dia, chegou a 31% (319), nesta terça. O quantitativo de escolas que mantiveram as atividades normalmente caiu de 55% para 48% (506).

Na última segunda-feira, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) contestou os números e afirmou que a adesão foi de 70%. A classe trabalhadora decidiu cruzar os braços por ser contrária ao reajuste salarial de 13,01% enviado pelo Executivo e aprovado pela Assembleia Legislativa, já que o aumento do piso beneficia apenas os profissionais da base da carreira, o que equivale a 10% da categoria.

Pedido de ilegalidade

Diante deste cenário, a Procuradoria-Geral do Estado protocolou no fim da tarde desta terça-feira, junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o pedido de ilegalidade da greve dos docentes da rede estadual. O pedido será analisado pelo desembargador Jovaldo Nunes, que deve divulgar uma decisão nesta quarta-feira (15).

A gestão estadual publicou uma portaria no Diário Oficial do Estado desta terça-feira (14), através da qual determina "a apuração da frequência dos servidores que não comparecerem" às unidades de trabalho e alerta que haverá desconto das faltas na remuneração. Outra medida da portaria explica que "os servidores lotados nas escolas de referência que aderirem à paralisação poderão ser removidos para posterior localização em outra unidade de trabalho, sendo aberto processo para a substituição

destes”, e que “os servidores contratados temporariamente que aderirem à paralisação poderão ter os seus contratos de trabalho rescindidos”.

O dia de paralisação

Na Escola de Referência em Ensino Médio Porto Digital, no Bairro do Recife, as 11 turmas estavam cheias de alunos nesta terça. Dos 18 professores, apenas seis aderiram à greve na unidade. Por outro lado, no Ginásio Pernambucano, no bairro de Santo Amaro, a paralisação teve adesão de mais de 90%. Segundo o Sintepe, mesmo com as medidas da administração estadual para impactar o movimento, a mobilização deve continuar por tempo indeterminado.

No Diário Oficial do Estado desta terça, foi publicada uma portaria que determinou, entre outros pontos, descontos no salário dos professores que não mantiverem a frequência nos postos de trabalho. Servidores contratados temporariamente que aderirem à paralisação também estarão sujeitos a terem os contratos rescindidos.

Assunto: Ex-guarda municipal é morto a tiros no bairro de Salgadinho, em Olinda	
Veículo: folhape.com.br	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Ex-guarda municipal é morto a tiros no bairro de Salgadinho, em Olinda

Dois homens em uma moto teriam efetuados os disparos contra a vítima

Um ex-guarda municipal do Recife foi assassinado na noite desta terça-feira (14), nas proximidades do Parque Memorial Arcoverde, no bairro de Salgadinho, em Olinda, Região Metropolitana do Recife (RMR). De acordo com a assessoria da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE), a vítima, identificada como Anderson Lima Ribeiro, de 32 anos, passava pelo local em uma motocicleta, quando dois homens, também em uma moto, atiraram contra o homem, que faleceu no local.

De acordo com amigos e familiares da vítima, a cerca de um mês Anderson havia deixado a GM, pois teria passado em um concurso para técnico judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Segundo a polícia, ainda não se sabe qual teria sido a motivação para o crime, que será investigado pelo Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP). O corpo do rapaz já foi recolhido e encaminhado ao Instituto de Medicina Legal (IML), em Santo Amaro, Área Central do Recife.

Assunto: Paralisação servidores do TJPE	
Veículo: folhape.com.br	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



JUDICIÁRIO ESTADUAL

Servidores realizam uma paralisação desde segunda e, nesta quarta-feira, manterão o movimento, com concentração no Fórum Paula Batista, na rua do Imperador. Em seguida, devem se unir ao protesto organizado pela CUT. Serão afetados serviços como consulta de processos, atendimento ao público e audiências, com exceção das causas referentes a saúde, alimentação e réus presos.

Assunto: Governo Paulo Câmara entra na Justiça e pede ilegalidade da greve dos professores	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Governo Paulo Câmara entra na Justiça e pede ilegalidade da greve dos professores



O secretário de Administração do governo Paulo Câmara, Milton Coelho, informou ao Blog de Jamildo, ainda há pouco, que a gestão entrou na Justiça do Estado, nesta tarde, pedindo a ilegalidade do movimento grevista dos professores da rede estadual. A greve foi deflagrada na sexta-feira da semana passada.

“Vamos aguardar o pronunciamento da Justiça. Na nossa avaliação, o que aconteceu até aqui foi uma medida de radicalização. E o governo do Estado não pode ficar de braços cruzados, assistindo esse processo de radicalização evoluir, enquanto a população é prejudicada, sem aulas”, declarou, por telefone, de Brasília.

O pedido de socorro ao TJPE ocorre no segundo dia da paralisação, quando a Secretaria de Educação registrou, em levantamento oficial, que que 48% (506 escolas) não paralisaram as atividades, enquanto 31% (319 unidades) paralisaram parcialmente e 21% (220 escolas) aderiram totalmente à paralisação. No primeiro dia, a não adesão havia sido maior.

De acordo com primeiro levantamento feito nas escolas da Rede Estadual de Ensino, referente ao primeiro dia de greve dos professores, na segunda-feira (13), informou-se que 55% das escolas (574 unidades) não haviam paralisado suas atividades, 28% pararam parcialmente (239 escolas) e 22% paralisaram totalmente (232 escolas). Entre um dia e outro, o fato novo foi a ameaça de corte de ponto por parte do governador Paulo Câmara, caso os funcionários não voltassem ao trabalho. O governo insiste que só negocia com o fim do movimento.

O secretário de Paulo Câmara recusou-se a comentar se a greve era política ou não.

“Não há qualquer justificativa para os professores estarem em greve, a não ser algum elemento que a gente não identificou ainda. O que nós estranhamos é que a CUT, nacionalmente, reconheça as dificuldades do governo Federal e não reconheça as mesmas dificuldades na situação de Pernambuco”, observou.

“O candidato Paulo Câmara prometeu dobrar o salário dos professores em quatro anos e não em quatro meses”, completou. Além de acionar o Sintepe na Justiça, o secretário Milton Coelho confirmou ainda que o governo do Estado fechou a folha de pagamento de pessoal de abril nesta terça-feira, mas manteve aberta a folha dos professores até pelo menos o dia 20, de modo a poder descontar os dias parados, caso os professores continuem em greve.

“Eles romperam de forma unilateral o processo de negociação. Vamos apurar o máximo de faltas, para efetuar o descontos. Em apenas dois dias, oito mil aulas deixaram de ser dadas, causando grande prejuízo às famílias, já em situação de vulnerabilidade”, afirmou, frisando que o plano do governo era esgotar todas as possibilidades de negociação.

Nota oficial

As mesmas premissas foram reiteradas em uma nota oficial divulgada agora de noite. Veja os termos abaixo.

“O Governo de Pernambuco reafirma que um dos seus principais compromissos é com a qualidade da educação e a valorização dos profissionais de educação. No entanto, diante da atitude inusitada do Sindicato dos Profissionais em Educação de Pernambuco (Sintepe), em romper com o Estado durante o processo de negociação, decretando greve por tempo indeterminado, o Governo de Pernambuco reitera sua intenção de continuar negociando apenas com a condição da suspensão da greve e consequente retorno ao trabalho.

Enquanto isso, o Governo mantém sua decisão através da Portaria Conjunta entre as secretarias de Administração (SAD) e Educação (SEE) que determina o corte nos salários, dos dias não trabalhados, dos professores que aderiram a greve, a rescisão dos para os docentes temporários e a substituição e transferência para outras unidades dos servidores lotados nas escolas de referência”.

Assunto: Juiz indicado para julgar ilegalidade da 5º eleição de Uchoa pede afastamento e alega questões pessoais	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Juiz indicado para julgar ilegalidade da 5º eleição de Uchoa pede afastamento e alega questões pessoais



Foto: João Bitá/Alepe

Mais de dois meses depois de o deputado estadual Guilherme Uchoa (PDT) ser reconduzido, pela quinta vez, à presidência da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), o juiz indicado para julgar o processo saiu do processo alegando estar impossibilitado por motivos pessoais.

Nesta terça-feira (14), o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Évio Marques da Silva, em seu despacho, alegou que “prudência é uma máxima que deve nortear todos os provimentos judiciais. Assim, averbo-me suspeito, por motivo de foro íntimo, para julgar presente feito, de sorte a evitar qualquer dúvida quanto à necessária imparcialidade do julgador da causa”, justificou.

Ainda de acordo com ele, a motivação de tal decisão será paralelamente objeto de comunicação confidencial ao Conselho da Magistratura. Com o afastamento do juiz Évio do caso, os autos do processo serão encaminhados para a 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que tem a juíza Mariza Borges como titular.

O processo da OAB-PE, distribuído em fevereiro último para a 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual tem o objetivo de impugnar a eleição da Mesa Diretora da Alepe, que

reconduziu ao cargo de presidente, pela quinta vez consecutiva, o deputado Guilherme Uchoa, e ao cargo de 4º secretário, pela terceira vez, o deputado Eriberto Medeiros.

O objetivo da OAB-PE pretende anular os atos de homologação das candidaturas e, conseqüentemente, as eleições dos aludidos deputados, por vício de inconstitucionalidade. O ato traz pedido de liminar para que sejam, desde já, suspensos os efeitos dos atos impugnados e, por conseqüência, afastados os réus dos cargos de presidente e 4º secretário da Alepe, até julgamento final da ação.

Para o presidente da OAB-PE, Pedro Henrique Reynaldo Alves, a decisão do magistrado há de ser respeitada, pois está fundada em razões de foro íntimo, mas acrescenta que, normalmente quando isso acontece no curso do processo, é “sinal que interferências externas vieram a comprometer a isenção do juiz para atuar com a independência e imparcialidade devidos”, alfinetou.

Assunto: Por motivos pessoais, juiz desiste de julgar ação contra Mesa Diretora da Alepe	
Veículo: Blog da Folha	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Por motivos pessoais, juiz desiste de julgar ação contra Mesa Diretora da Alepe

O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Évio Marques da Silva, se declarou suspeito para julgar a Ação Civil Pública promovida pela Ordem de Advogados do Brasil – seccional Pernambuco (OAB-PE) sobre a reeleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). O magistrado alegou “motivos de ordem pessoal” para julgar o caso.

“Averbo-me suspeito, por motivo de foro íntimo, para julgar presente feito, de sorte a evitar qualquer dúvida quanto à necessária imparcialidade do julgador da causa”, disse o juiz.

Com o afastamento do juiz Évio do caso, os autos do processo serão encaminhados para a 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que tem a juíza Mariza Borges como titular. O processo da OAB-PE visa impugnar a eleição da Mesa Diretora da Alepe, que reconduziu ao cargo de presidente, pela quinta vez consecutiva, o deputado Guilherme Uchoa (PDT), e ao cargo de 4º secretário, pela terceira vez, o deputado Eriberto Medeiros (PTC). O órgão acusa as duas reeleições de inconstitucionais.

De acordo com o presidente da OAB-PE, Pedro Henrique, a decisão do juiz Évio deve ser respeitada, por ter sido feita em razões de problemas pessoais. “Normalmente quando isso acontece no curso do processo é sinal que interferências externas vieram a comprometer a isenção do juiz para atuar com a independência e imparcialidade devidos”, relatou o líder do órgão jurídico.

Assunto: Governo de PE pede ilegalidade da greve	
Veículo: Blog da Folha	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Governo de PE pede ilegalidade da greve



A Procuradoria-Geral do Estado protocolou, na tarde de hoje, pedido de ilegalidade da greve dos professores da rede estadual no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Os docentes estão de braços cruzados desde a última sexta e reivindicam aumento de 13,01% para toda a categoria, formada por quase 50 mil profissionais. A proposta do governo estadual é aumentar o salário dos docentes com ensino médio (antigo magistério), o que corresponde a 10% da categoria.

Segundo a assessoria de imprensa do TJPE, o pedido de ilegalidade será analisado pelo desembargador Jovaldo Nunes, que deve pronunciar a decisão amanhã. Em nota, a Secretaria Estadual de Educação informou que 51% das escolas foram afetadas com a paralisação nesta terça. De acordo com levantamento da pasta, “31% (319 unidades) paralisaram parcialmente e 21% (220 escolas) aderiram totalmente à paralisação”. Já 48% (506 escolas) não paralisaram as atividades. Os números são referentes às aulas do turno da manhã.

Hoje, o governo estadual publicou portaria no Diário Oficial determinando o corte do ponto dos professores que aderirem à greve. A medida inclui, ainda, a possibilidade de rescisão dos contratos dos servidores contratados temporariamente; e a chance de troca de localização dos servidores lotados nas escolas de referência.

Mesmo com a publicação das determinações, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), Fernando Melo, afirmou que a greve está mantida. Os docentes só devem avaliar a situação da greve em assembleia, na próxima sexta-feira, no Centro de Convenções. Nesta quarta, a categoria planeja fazer uma passeata na capital.

De acordo com o governo do estado, o aumento não foi dado a todos os professores porque Pernambuco já pagava o piso superior ao valor estipulado pelo governo federal. Aqueles que recebiam abaixo do piso, que eram 4.060 professores, foram contemplados com o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa, que concedeu o aumento de 13,01%.

Assunto: Suspeição – Ação contra reeleição de Guilherme Uchoa	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: 7	Data: 15/04/2015



► REELEIÇÃO

Juiz desiste de ação contra Guilherme Uchoa

TAUAN SATURNINO

O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Évio Marques da Silva, declarou ontem que não participará do julgamento da Ação Civil Pública promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pernambuco (OAB-PE) contra as reeleições do presidente e do quarto-secretário da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), Guilherme Uchoa (PDT) e Eriberto Medeiros (PTC), para seus respectivos cargos na Casa.

Em seu despacho, Évio Marques disse que sua presença no

caso poderia por em dúvida a imparcialidade necessária no julgamento do caso. “Prudência é uma máxima que deve nortear todos os provimentos judiciais. Assim, averbo-me suspeito, por motivo de foro íntimo, para julgar presente feito, de sorte a evitar qualquer dúvida quanto à necessária imparcialidade do julgador da causa”, argumentou.

Ainda segundo o juiz, a explicitação dos motivos de sua decisão serão comunicados, confidencialmente, ao Egrégio Conselho da Magistratura. Com o afastamento do magistrado, os autos do processo serão

encaminhados para a 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que tem a juíza Mariza Borges como titular.

O processo da OAB-PE, distribuído em fevereiro para a 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, e tombado sob o nº 0008758-92.2015.8.17.0001, visa impugnar a eleição da Mesa Diretora da Alepe, que reconduziu ao cargo de presidente, pela quinta vez consecutiva, o deputado Guilherme Uchoa, e ao cargo de 4º secretário, pela terceira vez, o deputado Eriberto Medeiros. A OAB-PE entende que as reeleições ferem a Constituição de Pernambuco.

Assunto: Governo do Estado entra com pedido de ilegalidade da greve dos professores no Judiciário	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 1	Data: 15/04/2015



PROFESSORES - Governo do Estado entrou com pedido de ilegalidade da greve junto ao TJPE. Decisão sai hoje.

■ Página 2

Assunto: Estado ingressou com recurso – Greve dos professores	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 2	Data: 15/04/2015



Estado ingressou com recurso em caráter de urgência

Felipe Ribeir



NAS ESCOLAS, os estudantes da rede pública estadual aguardam por soluções que não prejudiquem o ano letivo

Pedido de ilegalidade será julgado hoje

■ PROFESSORES esperam pela avaliação do desembargador Jovaldo Nunes, do Tribunal de Justiça de Pernambuco

A Procuradoria-Geral do Estado ingressou com pedido de ilegalidade da greve dos professores da rede estadual ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O recurso, feito ontem em caráter de urgência, será avaliado pelo desembargador Jovaldo Nunes hoje. De acordo com o procurador-geral do Estado, César Caúla, há um equívoco na pauta de reivindicações. A explicação se dá porque não há vinculação entre a remuneração dos professores de nível médio e dos docentes com licenciatura, já que são cargos distintos.

Caúla também afirmou que a data-base da categoria é em junho e o sindicato não as-

segurou o mínimo de funcionamento previsto por lei, já que se trata de serviço essencial, bem como não notificou a deflagração da paralisação formalmente. Em meio à nova situação, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), Fernando Melo, afirmou que as atividades do movimento paredista serão mantidas. “Vamos aguardar o posicionamento da Justiça. Caso nos seja desfavorável, vamos contestar”, disse.

No segundo dia de greve, a Folha visitou instituições de ensino e viu salas de aula cheias, como a Escola de Referência em Ensino Médio Porto Digital, no Bairro do Recife. Apenas seis dos 18 professores aderiram à manifestação. O gestor da escola, Gleibson Cavalcanti, garantiu que os alunos não serão prejudicados. “São 385 alunos matriculados. Nenhum faltou até agora. Não seremos atingidos pela greve”, enfatizou. De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, 48% (506 escolas)

Folha resume

O pedido de ilegalidade da greve dos professores do Estado será julgado hoje pelo desembargador Jovaldo Nunes. No segundo dia de paralisação, a movimentação nas escolas foi boa. Para hoje, categoria prevê caminhada até a sede do Governo para solicitar diálogo produtivo e eficaz.

não paralisaram as atividades, enquanto 31% (319 unidades) aderiram parcialmente, enquanto 21% (220 escolas) pararam totalmente. Os números são referentes às aulas do turno da manhã. A pasta continua solicitando que os pais ou responsáveis entrem em contato com as escolas dos seus filhos para saber se a unidade está com as atividades normalizadas.

Já no Ginásio Pernambucano, em Santo Amaro, a adesão foi de mais de 90% dos docentes. Lá as aulas estão suspensas. “Na última greve foram descontadas

as faltas do meu salário. No entanto, não vou cessar a luta”, afirmou o professor José Elisomar. Segundo o Sintepe, as medidas da administração estadual não irão impactar o movimento, que teve 70% de adesão no primeiro dia de greve.

Hoje, às 15h, próximo à sede da Fiepe, haverá programação da categoria. “Vamos concentrar e seguir para o palácio. Lá, iremos entregar um documento ao Governo do Estado solicitando a abertura imediata de um processo de negociação que seja produtivo e eficaz”, antecipou Melo.

Assunto: Conferência – Corregedor geral da Justiça de Pernambuco	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção: Persona
Página: 2	Data: 15/04/2015



JUDICIÁRIO

Eduardo Paurá, Corregedor Geral de Justiça, promove, amanhã, às 15h, conferência com o jurista, jornalista e ex-ministro Walter Costa Porto com o tema “A Relação Dialética e Contraditória entre a Imprensa e o Judiciário”, no Fórum Des. Rodolfo Mariano. A editora-executiva da **Folha**, Leusa Santos, representa a editora-chefe, Patrícia Raposo. Os jornalistas Ivanildo Sampaio, Jô Mazzarollo e Jozil Barros, além do secretário de Justiça, Pedro Eurico, também participam.

Assunto: Servidor do TJPE é assassinado

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Capa Dois

Seção:

Página: 2

Data: 15/04/2015

jornal do  commercio

Servidor do TJ é assassinado

Um servidor do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) foi assassinado a tiros por volta das 18h de ontem na Avenida Pan Nordestina, em Olinda, Grande Recife. De acordo com a polícia, Anderson Lima Ribeiro, 32 anos, pilotava sua moto nas imediações da concessionária Autonunes quando foi abordado e executado com sete disparos de revólver calibre 38. O responsável pelo crime conseguiu fugir.

Anderson Ribeiro era casado e deixa uma filha de 8 anos. Segundo familiares, a vítima não tinha inimigos e era muito dedicada ao trabalho e aos estudos. "Ele era muito querido por todos, uma pessoa maravilhosa. Foi da Polícia Militar, sargento do Exército, ingressou na Guarda Municipal do Recife e estava muito feliz por ter entrado recentemente no TJ. A vida dele era estudar", comentou José Adriano da Silva, padrasto da esposa de Anderson.

Conforme informações re-



Ricardo B. Labastier/JC Imagem

OLINDA Crime ocorreu na Avenida Pan Nordestina, às 18h

passadas pela Polícia Civil, o modo como a vítima foi morta mostra que o assassino tinha a intenção de executá-la. "Anderson foi atingido por um tiro na cabeça, que transfixou o capacete, quatro nas costas e dois no ombro, todos indicativos de que ele ainda estava pilotando a moto no momento

dos disparos", afirmou o perito Gilmário Brito.

Apesar da hipótese, a polícia ainda não tem uma linha de investigação definida para o caso. A família de Anderson chegou a cogitar uma briga de trânsito, mas nenhuma possibilidade foi descartada pelos investigadores. "Familiares e

amigos da vítima dizem que ele não tinha envolvimento com nenhuma atividade ilícita, por isso estão todos surpresos com a execução. Ainda é prematuro apontarmos uma motivação para o crime, mas tudo será esmiuçado pela polícia através da investigação", disse a delegada Josineide Confessor, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Anderson era irmão de Alison Lima Ribeiro, do 6º BPM, assassinado a tiros em outubro de 2013 quando saía do serviço em Moreno, na Região Metropolitana do Recife.

O militar chegou a passar quatro dias internado no Hospital Otávio de Freitas (HOF), mas não resistiu à gravidade dos ferimentos. Questionada sobre a possibilidade de os crimes estarem relacionados, Josineide Confessor não excluiu a possibilidade, mas também não a confirmou. "Só no final das diligências poderemos afirmar com certeza o que aconteceu".

Assunto: Greve dos professores – Governo pede ilegalidade da greve ao TJPE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção:
Página: 1	Data: 15/04/2015

jornal do commercio



Fotos: Guipa Matos/JC Imagem

DESABAFO Professores Izael Cavalcanti e Jaciara Silva foram para a frente do Palácio do Governo protestar. Impedidos pela guarda, ficaram na Ponte Buarque de Macedo. Na faixa, também criticaram o Pacto pela Vida

Temporários demais à frente da educação

PROFESSORES Oficialmente, 43% dos docentes têm contrato provisório. Sintepe e MPPE cobram concurso

TEMPORÁRIOS DEMAIS À FRENTE DA EDUCAÇÃO

PROFESSORES Oficialmente, 43% dos docentes têm contrato provisório. Sintepe e MPPE cobram concurso

Margarida Azevedo

mazevedo@jc.com.br

Quase a metade dos professores que atuam nas escolas estaduais e nos programas de educação do governo de Pernambuco não faz parte do quadro de servidores. Dos 40.695 professores ativos, 17.530 são contratados temporariamente, o que representa 43% do corpo docente. Outros 23.165 são efetivos. O alto número de contratos temporários é criticado pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), que, em novembro de 2011, ingressou com uma ação judicial pedindo que o governo fosse impedido de realizar novas contratações provisórias e realizasse concurso público para professor. Três anos e quatro meses depois, o processo ainda tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública.

A abertura de concurso é um dos itens da pauta de reivindicações dos docentes estaduais, que estão em greve desde a última segunda-feira. "É um absurdo, uma excrescência haver tantos professores com contratos temporários. Defendemos concurso. Os docentes temporários recebem menos que os efetivos e não têm valorização na carreira", observa o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), Fernando Melo. A categoria pede também que o reajuste de 13,01% do piso do magistério seja concedido a todos os mestres e não apenas aos que têm nível médio, como ficou definido na lei estadual aprovada no fim de março.

Na Escola Estadual João Barbalho, em Santo Amaro, área central do Recife, há 36 professores, dos quais 22 são temporários e 14 efetivos, segundo o diretor, Natanael José da Silva. Na Escola de Referência em Ensino Médio Carlos Soares da Silva, localizada no município de Salgadinho, no Agreste, são 14 docentes temporários e apenas um efetivo, segundo o Sintepe. O JC tentou entrevistar cinco mestres que atuam como temporários, mas nenhum se prontificou a falar com receio de perder o contrato.

A promotora de Educação Eleonora Rodrigues considera um abuso do Estado ter tantos temporários nas escolas estaduais. "Esses professores não criam vínculo com a comunidade escolar e a remuneração deles é menor que a dos efetivos. Sai mais barato para o governo mantê-los, em vez de abrir concurso. Os contratos temporários deixaram de ter um caráter excepcional e passaram a ser a regra", destaca a promotora. "A ação está se arrastando no Judiciário", complementa.

O juiz Évio Marques, da 2ª Vara da Fazenda, informou, por meio da assessoria de imprensa, que o governo contestou os argumentos do MPPE. Ele entendeu que a Promotoria de Educação deveria replicar. Mandou intimação para a promotoria, que não a aceitou com a justificativa de que deveria vir acompanhada do processo, o que não ocorreu. "A contestação foi feita sim. A ação está pronta para ser julgada. O que falta é a Justiça se posicionar", diz Eleonora. O processo está parado desde novembro do ano passado.

Governo pede a ilegalidade da paralisação

Um dia depois de anunciar o corte do ponto dos professores em greve, o governo do Estado entrou com uma ação junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) pedindo a ilegalidade do movimento. Segundo o procurador-geral do Estado, César Caúla, a data-base da categoria é em junho e antecipar a discussão é “impróprio”.

Caso o TJPE considere a greve ilegal, a categoria deverá voltar ao trabalho imediatamente, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100 mil. O presidente do Sintepe, Fernando Melo, não foi localizado por telefone, ontem à noite, para comentar a medida. À tarde, o sindicato calculou que a adesão da categoria permaneceu de 70%, no segundo dia de greve.

Em relação à contratação provisória de docentes, o Estado alega ser necessária para atender programas temporários, a exemplo do Chapéu de Palha, Mãe Coruja, Paulo Freire e Se Liga. “São programas especiais, com especificidades e tempo certo de duração”, resalta a secretária-executiva de Desenvolvimento da Educação, Ana Selva.

Apesar disso, mestres com contratos temporários são designados para atuar no ensino regular. “Há áreas, como a de exatas, para a qual nem sempre temos professores habilitados do quadro efetivo. É quando chamamos os temporários”, explica. Ana Selva não acredita que haja comprometimento na qualidade do ensino.

Segundo a secretária-executiva, a gestão reconhece a necessidade de concurso para professor. “Há o plano de abrir concurso, mas ainda sem data prevista. Está sendo feito um levantamento na rede para termos noção exata das vagas”, diz Ana Selva.

A rede estadual de ensino em números

Editoria de Arte/JC

17.530

professores temporários

23.165

docentes efetivos

40.695

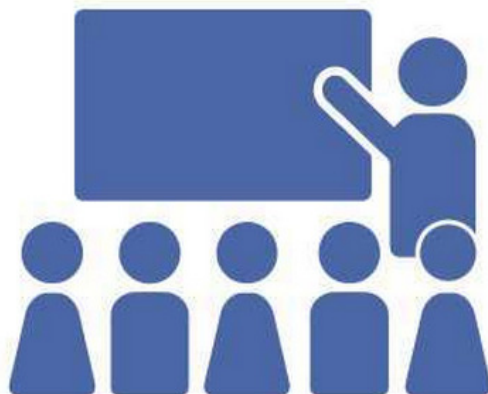
é o total do corpo docente ativos na rede

26.651

professores efetivos aposentados

13,01%

é o percentual de reajuste reivindicado pelo professores para toda a categoria e não apenas para quem tem magistério



2008

foi o último ano que houve concurso para professor

650 mil

alunos matriculados

1.049

escolas

1.917,78

reais é o valor do piso salarial do magistério

Assunto: Greve dos professores – Psol entra com mandado de segurança no Judiciário	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção:
Página: 4	Data: 15/04/2015

jornal do  **commercio**

Greve acirra ânimos entre deputados

ALEPE Edilson Silva foi à Justiça contra o corte de ponto de professores em greve e Teresa Leitão acusou gestão estadual de “sequestrar” o salário dos grevistas. Governo reagiu

Paulo Veras
politica@jc.com.br

O deputado estadual Edilson Silva (PSOL) ingressou ontem com um mandado de segurança contra a decisão do governador Paulo Câmara (PSB) de cortar o ponto dos professores estaduais em greve. O pedido foi protocolado no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no início da tarde e acusa o governo de usar o mecanismo para constranger os servidores. O desembargador responsável pelo caso ainda não foi sorteado (leia mais sobre a greve dos professores em Cidades).

Na Assembleia Legislativa (Alepe), Edilson criticou duramente o governador, a quem chamou de “autoritário” e “truculento”. “Esse decreto é um abuso de autoridade”, disparou o deputado para o plenário praticamente vazio após a saída de quase toda a bancada governista. “Ou esse é um governo que tem uma ausência escandalosa de assessoria jurídica ou é um governo que tem no seu DNA a mais fina flor do autoritarismo”, emendou.

Para a deputada Teresa Leitão (PT), ex-presidente do Sin-



PSOL Edilson Silva: governo “autoritário” e “truculento”

dicato dos Trabalhadores da Educação em Pernambuco (Sintepe), o governador está sequestrando o salário dos professores porque os servidores que estiverem em greve receberão apenas no dia 5 de maio, enquanto aqueles que não participarem da mobilização terão o vencimento depositado no dia 29 de abril. “É um decreto tão autoritário que não deve em na-

da aos decretos das greves da ditadura militar”, cravou.

Em nota, o governo reafirmou que estão mantidas as decisões de cortar os salários e rescindir o contrato dos docentes temporários. O texto também diz que as negociações salariais só serão retomadas após o fim da greve.

Antes do discurso de Edilson, a Assembleia aprovou por

unanimidade, em primeira votação, dois projetos que aumentam em 8% os salários dos servidores da Casa e do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

ARCO

Após uma discussão de 40 minutos, o Legislativo estadual também aprovou a divisão de uma área de proteção ambiental em Moreno que foi apresentada pela bancada governista como o último empecilho para que a Agência Estadual de Meio Ambiental (CPRH) aprove o início das obras do Arco Metropolitano.

O debate teve início depois que Priscila Krause (DEM) criticou a falta de análise do projeto, que foi apresentado pelo governo na última sexta (11). De acordo com o deputado Aluísio Lessa (PSB), a urgência na tramitação é para que a presidente Dilma Rousseff possa ser cobrada sobre a execução do projeto quando vier a Pernambuco no final do mês para inauguração da fábrica da Jeep, em Goiana. A proposta foi aprovada após um acordo do governo e da oposição para que o secretário de Meio Ambiente, Sérgio Xavier, vá à Alepe esclarecer o projeto antes da segunda votação.

Sérgio Bernatino/JC Imagem

Assunto: Servidores do Judiciário aderem a paralisação nacional	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Capa	Seção:
Página: 1	Data: 15/04/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

RECIFE ADERE A PARALISAÇÃO NACIONAL

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) convocou uma grande mobilização contra o projeto da terceirização com paralisação e manifestações em Brasília e em outras 18 capitais. No Recife, metroviários, rodoviários, bancários, professores e servidores da prefeitura e do Tribunal de Justiça de Pernambuco participam do ato.

POLÍTICA B3

Assunto: Servidores do Judiciário aderem a paralisação nacional

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: Política

Seção:

Página: B3

Data: 15/04/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Paralisação em várias capitais

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) convocou uma grande mobilização contra o projeto da terceirização com paralisação e manifestações em Brasília e em outras 18 capitais. No Recife, metroviários, rodoviários, bancários, professores e servidores da prefeitura e do Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiram aderir à paralisação geral convocada para hoje pela CUT. O metrô não funcionará durante todo o dia, a partir da 0h. De acordo com Genildo Pereira, assessor de comunicação do Sindicato dos Rodoviários, a categoria definiu em assembleia pela participação na greve. Entretanto, o grupo não definiu horário para começo ou fim da suspensão do serviço. Apesar do posicionamento dos sindicatos, o MetroRec e o Grande Recife Consórcio de Transporte negaram a possibilidade de greve dos serviços.

Os bancários de Pernambuco aprovaram, na noite de ontem, uma paralisação de 24 horas. De acordo com representantes do sindicato da categoria, a ideia é suspender o atendimento no maior número de agências. Hoje, o estado conta com 610 unidades. São aproximadamente 12 mil tra-

“

A situação dos terceirizados tende a piorar. Hoje eles já ganham em média 25% menos que o funcionário direto e há alta rotatividade”

Alexandre Colombo, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

GABRIELA KOROSSY/CAMARA DOS DEPU



Manifestações estão marcadas para 18 estados e Brasília

balhadores. O sindicato programou um ato em frente ao Banco do Brasil da Avenida Rio Branco, no Bairro do Recife, entre 10h e 12h.

A CUT Pernambuco ainda convocou uma manifestação, às 14h, em frente à Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), no bairro de Santo Amaro, área central do Recife. O grupo sairá em passeata até os portões do Palácio do Campo das Princesas, sede do governo estadual, no Centro do Recife.

Opinião

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Alexandre

Colombo, não vê melhorias para o trabalhador com a aprovação do projeto da terceirização. “A situação dos terceirizados tende a piorar. Hoje eles já ganham em média 25% menos que o funcionário direto e há alta rotatividade”.

Edgar Aparecido Pescara, de 42 anos, é funcionário terceirizado da área de logística de uma montadora no ABC há nove anos e teme pela deterioração das condições de trabalho. “O sonho de todo terceirizado é ser contratado e o projeto de lei 4.330 não só acaba com esse sonho, como estende a condição, que é ruim, para outros trabalhadores.”

Assunto: Estado pede na Justiça ilegalidade da greve dos professores	
Veículo: JConline	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

PERNAMBUCO

Estado pede na
Justiça ilegalidade da
greve dos professores



Assunto: Estado pede na Justiça ilegalidade da greve dos professores	
Veículo: JConline	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Estado pede ilegalidade da greve dos professores

Procuradoria-Geral entrou com ação junto ao Tribunal de Justiça



Escolas da rede estadual estão sem funcionar ou funcionando parcialmente desde segunda-feira (13)

Foto: Guga Matos/JC Imagem

Um dia depois de anunciar o corte do ponto dos professores em greve, o governo do Estado entrou com uma ação junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) pedindo a ilegalidade do movimento. Segundo o procurador-geral do Estado, César Caúla, a data-base da categoria é em junho e antecipar a discussão é “impróprio”.

Caso o TJPE considere a greve ilegal, a categoria deverá voltar ao trabalho imediatamente, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100 mil. O presidente do Sintepe, Fernando Melo, não foi localizado por telefone, na noite desta terça-feira, para comentar a medida. À tarde, o sindicato calculou que a adesão da categoria permaneceu de 70%, no segundo dia de greve.

No início da noite, o governo divulgou nota sobre a paralisação. Confira:

O Governo de Pernambuco reafirma que um dos seus principais compromissos é com a qualidade da educação e a valorização dos profissionais de educação. No entanto, diante da atitude inusitada do Sindicato dos Profissionais em Educação de Pernambuco (Sintepe), em romper com o Estado durante o processo de negociação, decretando greve por tempo indeterminado, o Governo de Pernambuco reitera sua intenção de continuar negociando apenas com a condição da suspensão da greve e consequente retorno ao trabalho. Enquanto isso, o Governo mantém sua decisão através da Portaria Conjunta entre as secretarias de Administração (SAD) e Educação (SEE) que determina o corte nos salários, dos dias não trabalhados, dos professores que aderiram a greve, a rescisão dos para os docentes temporários e a substituição e transferência para outras unidades dos servidores lotados nas escolas de referência.

Assunto: PSOL entra com mandado de segurança contra corte do ponto dos professores estaduais em greve	
Veículo: JConline	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

PSOL entra com mandado de segurança contra corte do ponto dos professores estaduais em greve

Desembargador que analisará pedido ainda não foi sorteado pelo TJPE



Para Edilson Silva, governador Paulo Câmara abusou da autoridade e DNA do governo tem fina flor do autoritarismo

Foto: João Bitá / Alepe

O deputado estadual Edilson Silva (PSOL) ingressou ontem com um mandado de segurança contra a decisão do Governo de Pernambuco de cortar os pontos dos professores estaduais em greve. O pedido foi protocolado no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no início da tarde e acusa o governo de usar o mecanismo para constranger os servidores. O desembargador responsável pelo caso ainda não foi sorteado.

Na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), Edilson criticou duramente o governador Paulo Câmara (PSB), a quem chamou de autoritário e truculento. “Esse decreto é um abuso de autoridade do governador e de seus secretários”, disparou. “Ou esse é um governo que tem uma ausência escandalosa de assessoria jurídica ou é um governo que tem no seu DNA a mais fina flor do autoritarismo”, emendou.

O deputado foi apoiado por colegas da bancada de oposição. “As pessoas começam a compreender a falta de liderança e de capacidade de conduzir o Estado (de Paulo Câmara)”, afirmou Silvio Costa Filho (PTB). “Um governo que se gaba de ser socialista traz esse tipo de rótulo para os dias atuais”, disse Priscila Krause (DEM).

Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Pernambuco (Sintepe), a deputada Teresa Leitão (PT) fez um dos discursos mais duros, afirmando que o governador está sequestrando o salário dos professores porque os servidores que estiverem em greve receberão apenas no dia 5 de maio, enquanto aqueles que não fizerem greve terão o vencimento depositado no dia 29 de abril. “É um decreto que é tão autoritário que não deve em nada aos decretos das greves da ditadura militar”, cravou.

Edilson Silva discursou para o plenário quase vazio. Um dos poucos deputados governistas a acompanhar a fala, Tony Gel (PMDB) citou passagens da bíblia para pedir que a oposição ouvisse a versão do governo e lembrou que Paulo Câmara assumiu há pouco mais de 100 dias. “Acho muito prematuro deflagar uma greve em um governo que está apenas começando. Será um prejuízo muito grande para a garotada”, ponderou.

Assunto: Servidor do TJPE é executado em Olinda	
Veículo: JConline	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Servidor do TJPE é executado em Olinda

Anderson Lima Ribeiro foi assassinado na Avenida Pan Nordestina no início da noite. Executor conseguiu fugir



Vítima foi atingida por sete disparos de revólver calibre 38
Foto: Ricardo B. Labastier/ JC Imagem

Um servidor do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) foi assassinado a tiros por volta das 18h desta terça-feira (14) na Avenida Pan Nordestina, em Olinda, Grande Recife. De acordo com a polícia, Anderson Lima Ribeiro, 32 anos, pilotava sua moto nas imediações da concessionária Autonunes quando foi abordado e executado com sete disparos de revólver calibre 38. O responsável pelo crime conseguiu fugir.

Anderson Ribeiro era casado e deixa uma filha de 8 anos. Segundo familiares, a vítima não tinha inimigos e era muito dedicada ao trabalho e aos estudos. “Ele era muito querido por todos, uma pessoa maravilhosa. Foi da Polícia Militar, sargento do Exército, ingressou na Guarda Municipal do Recife e estava muito feliz por ter entrado recentemente no TJ. A vida dele era estudar”, comentou José Adriano da Silva, padrasto da esposa de Anderson.

Conforme informações repassadas pela Polícia Civil, o modo como a vítima foi morta mostra que o assassino tinha a intenção de executá-la. “O Anderson foi atingido por um tiro na cabeça, que transfixou o capacete, quatro nas costas e dois no ombro, todos indicativos de que ele ainda estava pilotando a moto no momento dos disparos”, afirmou o perito Gilmário Brito.

Apesar da hipótese, a polícia ainda não tem uma linha de investigação definida para o caso. A família de Anderson chegou a cogitar uma briga de trânsito, mas nenhuma possibilidade foi descartada pelos investigadores. “Familiares e amigos da vítima dizem que ele não tinha envolvimento com nenhuma atividade ilícita, por isso estão todos

surpresos com a execução. Ainda é prematuro apontarmos uma motivação para o crime, mas tudo será esmiuçado pela polícia através da investigação”, disse a delegada Josineide Confessor, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Anderson era irmão de Alisson Lima Ribeiro, do 6º BPM, assassinado a tiros em outubro de 2013 quando saía do serviço em Moreno, na Região Metropolitana do Recife. O militar chegou a passar quatro dias internado no Hospital Otávio de Freitas (HOF), mas não resistiu à gravidade dos ferimentos. Questionada sobre a possibilidade de os crimes estarem relacionados, Josineide Confessor não excluiu a possibilidade, mas também não a confirmou. “Só no final das diligências poderemos afirmar com certeza o que aconteceu”.

Assunto: Vara da Mulher de Caruaru está suspensa por corte no orçamento do Judiciário	
Veículo: NE10	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Vara da Mulher de Caruaru está suspensa por corte no orçamento do Judiciário



(Foto: Ascom TJPE)

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) aguardará que o governo do Estado apresente uma solução para o corte no orçamento do Judiciário. A decisão foi tomada em reunião do Pleno, nessa segunda-feira (13). Em ofício enviado para a Presidência do TJPE, o Governo reforçou a autonomia do Judiciário, afirmando a impossibilidade de repassar parte dos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015.

O Executivo informou ainda, no documento, que após o fechamento do primeiro quadrimestre do ano será possível construir uma solução para o problema. Uma nova reunião do Pleno está prevista para o início de maio, quando voltará a discutir o assunto.

– Queremos reafirmar o nosso compromisso com os postulados da independência e da autonomia do Judiciário, para que possamos prestar um serviço mais eficiente para a população. Isso não impede, antes aconselha, que estejamos disponíveis para o diálogo com vistas à resolução do problema. É importante dizer que sem esses recursos muitos projetos ficam inviabilizados, ressaltou o desembargador Frederico Neves, presidente do TJPE.

Com o corte no orçamento foram suspensos projetos que reforçam o combate ao crime, previstos para este ano. Como a duplicação das Varas de Violência contra a Mulher e das Varas de Entorpecentes de Recife; a instalação das Varas de Violência Contra a Mulher de Caruaru e Petrolina, a criação da Vara de Combate ao Crime.

Assunto: Pernambuco vai aderir à paralisação nacional – Servidores TJPE	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Pernambuco vai aderir à paralisação nacional

O protesto é contra a aprovação do projeto de lei 4330/04

Metroviários, rodoviários, bancários, professores e servidores da Prefeitura do Recife e do Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiram aderir à paralisação geral, nesta quarta-feira (15). A greve, convocada pela Central Única dos Trabalhados (CUT), é um protesto contra a aprovação do projeto de lei 4330/04, que legaliza a terceirização em todos os postos da cadeia produtiva.

No estado, o metrô não funcionará durante todo o dia, a partir da 0h. De acordo com Genildo Pereira, assessor de comunicação do Sindicato dos Rodoviários, a categoria definiu em assembleia pela participação na greve. Entretanto, o grupo não definiu horário para começo ou fim da suspensão do serviço. Apesar do posicionamento dos sindicatos, o MetroRec e o Grande Recife Consórcio de Transporte negaram a possibilidade de greve dos serviços.

Os bancários de Pernambuco aprovaram, na noite desta terça-feira (14), uma paralisação de 24 horas. De acordo com representantes do sindicato da categoria, a ideia é suspender o atendimento no maior número de agências. Hoje, o estado conta com 610 unidades. São aproximadamente 12 mil trabalhadores. O sindicato programou um ato em frente ao Banco do Brasil da Avenida Rio Branco, no Bairro do Recife, entre 10h e 12h.

A CUT Pernambuco ainda convocou uma manifestação, às 14h, em frente a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), no bairro de Santo Amaro, área central do Recife. O grupo sairá em passeata até os portões do Palácio do Campo das Princesas, sede do governo estadual, no centro do Recife.

Assunto: Servidores do Judiciário farão passeata contra corte no orçamento do TJPE	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Servidores do Judiciário farão passeata contra corte no orçamento do TJPE

Ato marca o terceiro dia de paralisação da categoria

Os servidores de Judiciário de Pernambuco, em paralisação desde a segunda-feira passada, reúnem-se em assembleia geral nesta quarta-feira. Em seguida, a categoria promete realizar uma grande passeata em direção ao Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo do Estado.

A caminhada deve sair às 15h, do Fórum Paula Batista, no bairro de Santo Antônio. Os organizadores esperam reunir cerca de mil pessoas, com apoio do Sindicato dos Servidores de Justiça do Estado de Pernambuco (Sindjud-PE), que está convocando toda a categoria a ampliar o nível de engajamento e fortalecer a luta pela valorização da carreira.

O impasse quanto ao orçamento do TJPE continua e os servidores permanecem sem definição quanto ao principal pleito da categoria. Na manhã da segunda-feira passada, a sessão extraordinária do Pleno, convocada para apreciar as medidas administrativas e judiciais em razão dos cortes no orçamento, decidiu aguardar até o final do mês de abril. Na ocasião, o presidente do tribunal, Frederico Neves, leu documento encaminhado pelo Governador do Estado Paulo Câmara, que pediu mais tempo para apresentar uma resposta definitiva.

Por meio de ofício enviado terça-feira à presidência do TJPE, o Governo afirma que só poderá apresentar uma definição após o fechamento do quadrimestre das contas e acredita ser possível construir uma solução dialogada para o problema. O Pleno ficará em estado de convocação permanente e deve se reunir na primeira semana do mês de maio. Também ficou definido que a Direção do Tribunal fará contato com escritório de advocacia para analisar as medidas jurídicas cabíveis caso a situação não seja solucionada.

Para a categoria, a demora na solução do impasse prejudica diretamente os servidores da Justiça estadual que atualmente recebem o menor salário base do Brasil. Desde o dia 02 de outubro de 2014, a Sessão do Pleno aprovou, por unanimidade, a proposta orçamentária da Justiça estadual para 2015, com a reserva de recursos específicos para a progressão funcional, mas até agora o projeto não foi implantado.

Assunto: Governo de PE pede ilegalidade da greve dos professores à Justiça	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



GREVE DOS PROFESSORES

Governo pede que TJ decrete ilegalidade

👍 30

Assunto: Governo de PE pede ilegalidade da greve dos professores à Justiça	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:

G1**PERNAMBUCO**

Governo de PE pede ilegalidade da greve dos professores à Justiça

Solicitação foi protocolado pela Procuradoria-Geral do Estado nesta terça. Pedido será analisado pelo desembargador Jovaldo Nunes.



A Procuradoria-Geral do Estado protocolou, na tarde desta terça (14), pedido de ilegalidade da greve dos professores da rede estadual no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Os docentes estão de braços cruzados desde a última sexta (10) e reivindicam aumento de 13,01% para toda a categoria, formada por quase 50 mil profissionais. A proposta do governo estadual é aumentar o salário dos docentes com ensino médio (antigo magistério), o que corresponde a 10% da categoria.

Segundo a assessoria de imprensa do TJPE, o pedido de ilegalidade será analisado pelo desembargador Jovaldo Nunes, que deve pronunciar a decisão nesta quarta (15). Em nota, a Secretaria Estadual de Educação informou que 51% das escolas foram afetadas com a paralisação nesta terça. De acordo com levantamento da pasta, “31% (319 unidades) paralisaram parcialmente e 21% (220 escolas) aderiram totalmente à paralisação”. Já 48% (506 escolas) não paralisaram as atividades. Os números são referentes às aulas do turno da manhã.

Nesta terça, o governo estadual publicou portaria no Diário Oficial determinando o corte do ponto dos professores que aderirem à greve. A medida inclui, ainda, a possibilidade de rescisão dos contratos dos servidores contratados temporariamente; e a chance de troca de localização dos servidores lotados nas escolas de referência.

Mesmo com a publicação das determinações, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), Fernando Melo, afirmou que a greve está mantida. Os docentes só devem avaliar a situação da greve em assembleia, na próxima sexta-feira (17), no Centro de Convenções. Nesta quarta, a categoria planeja fazer uma passeata na capital.

De acordo com o governo do estado, o aumento não foi dado a todos os professores porque Pernambuco já pagava o piso superior ao valor estipulado pelo governo federal. Aqueles que recebiam abaixo do piso, que eram 4.060 professores, foram contemplados com o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa, que concedeu o aumento de 13,01%.

Assunto: Servidor público é executado com 7 tiros no Complexo Salgadinho, em PE	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Servidor público é executado com 7 tiros no Complexo Salgadinho, em PE

Ele voltava para casa, em Olinda, após o trabalho no Fórum Joana Bezerra. Homem foi baleado enquanto pilotava sua moto, por volta das 18h30 de 3ª.

Um homem foi assassinado com sete tiros no Complexo Salgadinho, em Olinda, na noite da terça-feira (14). De acordo com a polícia, ele era servidor público e estava voltando para casa, depois do trabalho quando, foi executado.

Segundo a polícia, o homem, de 32 anos, foi alvejado enquanto pilotava sua moto, por volta das 18h30, nas proximidades do Viaduto Luiz Delgado. O autor do crime não foi encontrado, mas o caso está sendo investigado pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Parentes informaram que o servidor público trabalhava como técnico judiciário no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, que fica na Ilha Joana Bezerra, no Recife. Quando foi morto, estava a caminho de casa, em Jardim Atlântico, Olinda.

Ainda segundo os parentes da vítima, ele é irmão de um policial militar que foi assassinado em outubro de 2013 no município de Moreno, na Região Metropolitana do Recife.

Assunto: Número de escolas afetadas pela greve dos professores da rede estadual aumenta	
Veículo: folhape.com.br	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Número de escolas afetadas pela greve dos professores da rede estadual aumenta

Paralisação parcial chegou a 31%. Governo pede ilegalidade da greve



Conforme levantamento da Secretaria de Educação de Pernambuco, divulgado na tarde desta terça-feira (14), 21% (220) das escolas tiveram as aulas paralisadas totalmente neste segundo dia de greve dos professores da rede estadual. O número é ligeiramente menor que o da última segunda (13), quando 22% das unidades foram totalmente afetadas. Já a paralisação parcial, que foi de 23%, no primeiro dia, chegou a 31% (319), nesta terça. O quantitativo de escolas que mantiveram as atividades normalmente caiu de 55% para 48% (506).

Na última segunda-feira, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) contestou os números e afirmou que a adesão foi de 70%. A classe trabalhadora decidiu cruzar os braços por ser contrária ao reajuste salarial de 13,01% enviado pelo Executivo e aprovado pela Assembleia Legislativa, já que o aumento do piso beneficia apenas os profissionais da base da carreira, o que equivale a 10% da categoria.

Pedido de ilegalidade

Diante deste cenário, a Procuradoria-Geral do Estado protocolou no fim da tarde desta terça-feira, junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o pedido de ilegalidade da greve dos docentes da rede estadual. O pedido será analisado pelo desembargador Jovaldo Nunes, que deve divulgar uma decisão nesta quarta-feira (15).

A gestão estadual publicou uma portaria no Diário Oficial do Estado desta terça-feira (14), através da qual determina "a apuração da frequência dos servidores que não comparecerem" às unidades de trabalho e alerta que haverá desconto das faltas na remuneração. Outra medida da portaria explica que "os servidores lotados nas escolas de referência que aderirem à paralisação poderão ser removidos para posterior localização em outra unidade de trabalho, sendo aberto processo para a substituição

destes”, e que “os servidores contratados temporariamente que aderirem à paralisação poderão ter os seus contratos de trabalho rescindidos”.

O dia de paralisação

Na Escola de Referência em Ensino Médio Porto Digital, no Bairro do Recife, as 11 turmas estavam cheias de alunos nesta terça. Dos 18 professores, apenas seis aderiram à greve na unidade. Por outro lado, no Ginásio Pernambucano, no bairro de Santo Amaro, a paralisação teve adesão de mais de 90%. Segundo o Sintepe, mesmo com as medidas da administração estadual para impactar o movimento, a mobilização deve continuar por tempo indeterminado.

No Diário Oficial do Estado desta terça, foi publicada uma portaria que determinou, entre outros pontos, descontos no salário dos professores que não mantiverem a frequência nos postos de trabalho. Servidores contratados temporariamente que aderirem à paralisação também estarão sujeitos a terem os contratos rescindidos.

Assunto: Ex-guarda municipal é morto a tiros no bairro de Salgadinho, em Olinda	
Veículo: folhape.com.br	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Ex-guarda municipal é morto a tiros no bairro de Salgadinho, em Olinda

Dois homens em uma moto teriam efetuados os disparos contra a vítima

Um ex-guarda municipal do Recife foi assassinado na noite desta terça-feira (14), nas proximidades do Parque Memorial Arcoverde, no bairro de Salgadinho, em Olinda, Região Metropolitana do Recife (RMR). De acordo com a assessoria da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE), a vítima, identificada como Anderson Lima Ribeiro, de 32 anos, passava pelo local em uma motocicleta, quando dois homens, também em uma moto, atiraram contra o homem, que faleceu no local.

De acordo com amigos e familiares da vítima, a cerca de um mês Anderson havia deixado a GM, pois teria passado em um concurso para técnico judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Segundo a polícia, ainda não se sabe qual teria sido a motivação para o crime, que será investigado pelo Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP). O corpo do rapaz já foi recolhido e encaminhado ao Instituto de Medicina Legal (IML), em Santo Amaro, Área Central do Recife.

Assunto: Paralisação servidores do TJPE	
Veículo: folhape.com.br	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



JUDICIÁRIO ESTADUAL

Servidores realizam uma paralisação desde segunda e, nesta quarta-feira, manterão o movimento, com concentração no Fórum Paula Batista, na rua do Imperador. Em seguida, devem se unir ao protesto organizado pela CUT. Serão afetados serviços como consulta de processos, atendimento ao público e audiências, com exceção das causas referentes a saúde, alimentação e réus presos.

Assunto: Governo Paulo Câmara entra na Justiça e pede ilegalidade da greve dos professores	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Governo Paulo Câmara entra na Justiça e pede ilegalidade da greve dos professores



O secretário de Administração do governo Paulo Câmara, Milton Coelho, informou ao Blog de Jamildo, ainda há pouco, que a gestão entrou na Justiça do Estado, nesta tarde, pedindo a ilegalidade do movimento grevista dos professores da rede estadual. A greve foi deflagrada na sexta-feira da semana passada.

“Vamos aguardar o pronunciamento da Justiça. Na nossa avaliação, o que aconteceu até aqui foi uma medida de radicalização. E o governo do Estado não pode ficar de braços cruzados, assistindo esse processo de radicalização evoluir, enquanto a população é prejudicada, sem aulas”, declarou, por telefone, de Brasília.

O pedido de socorro ao TJPE ocorre no segundo dia da paralisação, quando a Secretaria de Educação registrou, em levantamento oficial, que que 48% (506 escolas) não paralisaram as atividades, enquanto 31% (319 unidades) paralisaram parcialmente e 21% (220 escolas) aderiram totalmente à paralisação. No primeiro dia, a não adesão havia sido maior.

De acordo com primeiro levantamento feito nas escolas da Rede Estadual de Ensino, referente ao primeiro dia de greve dos professores, na segunda-feira (13), informou-se que 55% das escolas (574 unidades) não haviam paralisado suas atividades, 28% pararam parcialmente (239 escolas) e 22% paralisaram totalmente (232 escolas). Entre um dia e outro, o fato novo foi a ameaça de corte de ponto por parte do governador Paulo Câmara, caso os funcionários não voltassem ao trabalho. O governo insiste que só negocia com o fim do movimento.

O secretário de Paulo Câmara recusou-se a comentar se a greve era política ou não.

“Não há qualquer justificativa para os professores estarem em greve, a não ser algum elemento que a gente não identificou ainda. O que nós estranhamos é que a CUT, nacionalmente, reconheça as dificuldades do governo Federal e não reconheça as mesmas dificuldades na situação de Pernambuco”, observou.

“O candidato Paulo Câmara prometeu dobrar o salário dos professores em quatro anos e não em quatro meses”, completou. Além de acionar o Sintepe na Justiça, o secretário Milton Coelho confirmou ainda que o governo do Estado fechou a folha de pagamento de pessoal de abril nesta terça-feira, mas manteve aberta a folha dos professores até pelo menos o dia 20, de modo a poder descontar os dias parados, caso os professores continuem em greve.

“Eles romperam de forma unilateral o processo de negociação. Vamos apurar o máximo de faltas, para efetuar o descontos. Em apenas dois dias, oito mil aulas deixaram de ser dadas, causando grande prejuízo às famílias, já em situação de vulnerabilidade”, afirmou, frisando que o plano do governo era esgotar todas as possibilidades de negociação.

Nota oficial

As mesmas premissas foram reiteradas em uma nota oficial divulgada agora de noite. Veja os termos abaixo.

“O Governo de Pernambuco reafirma que um dos seus principais compromissos é com a qualidade da educação e a valorização dos profissionais de educação. No entanto, diante da atitude inusitada do Sindicato dos Profissionais em Educação de Pernambuco (Sintepe), em romper com o Estado durante o processo de negociação, decretando greve por tempo indeterminado, o Governo de Pernambuco reitera sua intenção de continuar negociando apenas com a condição da suspensão da greve e consequente retorno ao trabalho.

Enquanto isso, o Governo mantém sua decisão através da Portaria Conjunta entre as secretarias de Administração (SAD) e Educação (SEE) que determina o corte nos salários, dos dias não trabalhados, dos professores que aderiram a greve, a rescisão dos para os docentes temporários e a substituição e transferência para outras unidades dos servidores lotados nas escolas de referência”.

Assunto: Juiz indicado para julgar ilegalidade da 5º eleição de Uchoa pede afastamento e alega questões pessoais	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Juiz indicado para julgar ilegalidade da 5º eleição de Uchoa pede afastamento e alega questões pessoais



Foto: João Bita/Alepe

Mais de dois meses depois de o deputado estadual Guilherme Uchoa (PDT) ser reconduzido, pela quinta vez, à presidência da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), o juiz indicado para julgar o processo saiu do processo alegando estar impossibilitado por motivos pessoais.

Nesta terça-feira (14), o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Évio Marques da Silva, em seu despacho, alegou que “prudência é uma máxima que deve nortear todos os provimentos judiciais. Assim, averbo-me suspeito, por motivo de foro íntimo, para julgar presente feito, de sorte a evitar qualquer dúvida quanto à necessária imparcialidade do julgador da causa”, justificou.

Ainda de acordo com ele, a motivação de tal decisão será paralelamente objeto de comunicação confidencial ao Conselho da Magistratura. Com o afastamento do juiz Évio do caso, os autos do processo serão encaminhados para a 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que tem a juíza Mariza Borges como titular.

O processo da OAB-PE, distribuído em fevereiro último para a 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual tem o objetivo de impugnar a eleição da Mesa Diretora da Alepe, que

reconduziu ao cargo de presidente, pela quinta vez consecutiva, o deputado Guilherme Uchoa, e ao cargo de 4º secretário, pela terceira vez, o deputado Eriberto Medeiros.

O objetivo da OAB-PE pretende anular os atos de homologação das candidaturas e, conseqüentemente, as eleições dos aludidos deputados, por vício de inconstitucionalidade. O ato traz pedido de liminar para que sejam, desde já, suspensos os efeitos dos atos impugnados e, por consequência, afastados os réus dos cargos de presidente e 4º secretário da Alepe, até julgamento final da ação.

Para o presidente da OAB-PE, Pedro Henrique Reynaldo Alves, a decisão do magistrado há de ser respeitada, pois está fundada em razões de foro íntimo, mas acrescenta que, normalmente quando isso acontece no curso do processo, é “sinal que interferências externas vieram a comprometer a isenção do juiz para atuar com a independência e imparcialidade devidos”, alfinetou.

Assunto: Por motivos pessoais, juiz desiste de julgar ação contra Mesa Diretora da Alepe	
Veículo: Blog da Folha	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Por motivos pessoais, juiz desiste de julgar ação contra Mesa Diretora da Alepe

O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Évio Marques da Silva, se declarou suspeito para julgar a Ação Civil Pública promovida pela Ordem de Advogados do Brasil – seccional Pernambuco (OAB-PE) sobre a reeleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). O magistrado alegou “motivos de ordem pessoal” para julgar o caso.

“Averbo-me suspeito, por motivo de foro íntimo, para julgar presente feito, de sorte a evitar qualquer dúvida quanto à necessária imparcialidade do julgador da causa”, disse o juiz.

Com o afastamento do juiz Évio do caso, os autos do processo serão encaminhados para a 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que tem a juíza Mariza Borges como titular. O processo da OAB-PE visa impugnar a eleição da Mesa Diretora da Alepe, que reconduziu ao cargo de presidente, pela quinta vez consecutiva, o deputado Guilherme Uchoa (PDT), e ao cargo de 4º secretário, pela terceira vez, o deputado Eriberto Medeiros (PTC). O órgão acusa as duas reeleições de inconstitucionais.

De acordo com o presidente da OAB-PE, Pedro Henrique, a decisão do juiz Évio deve ser respeitada, por ter sido feita em razões de problemas pessoais. “Normalmente quando isso acontece no curso do processo é sinal que interferências externas vieram a comprometer a isenção do juiz para atuar com a independência e imparcialidade devidos”, relatou o líder do órgão jurídico.

Assunto: Governo de PE pede ilegalidade da greve	
Veículo: Blog da Folha	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Governo de PE pede ilegalidade da greve



A Procuradoria-Geral do Estado protocolou, na tarde de hoje, pedido de ilegalidade da greve dos professores da rede estadual no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Os docentes estão de braços cruzados desde a última sexta e reivindicam aumento de 13,01% para toda a categoria, formada por quase 50 mil profissionais. A proposta do governo estadual é aumentar o salário dos docentes com ensino médio (antigo magistério), o que corresponde a 10% da categoria.

Segundo a assessoria de imprensa do TJPE, o pedido de ilegalidade será analisado pelo desembargador Jovaldo Nunes, que deve pronunciar a decisão amanhã. Em nota, a Secretaria Estadual de Educação informou que 51% das escolas foram afetadas com a paralisação nesta terça. De acordo com levantamento da pasta, “31% (319 unidades) paralisaram parcialmente e 21% (220 escolas) aderiram totalmente à paralisação”. Já 48% (506 escolas) não paralisaram as atividades. Os números são referentes às aulas do turno da manhã.

Hoje, o governo estadual publicou portaria no Diário Oficial determinando o corte do ponto dos professores que aderirem à greve. A medida inclui, ainda, a possibilidade de rescisão dos contratos dos servidores contratados temporariamente; e a chance de troca de localização dos servidores lotados nas escolas de referência.

Mesmo com a publicação das determinações, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), Fernando Melo, afirmou que a greve está mantida. Os docentes só devem avaliar a situação da greve em assembleia, na próxima sexta-feira, no Centro de Convenções. Nesta quarta, a categoria planeja fazer uma passeata na capital.

De acordo com o governo do estado, o aumento não foi dado a todos os professores porque Pernambuco já pagava o piso superior ao valor estipulado pelo governo federal. Aqueles que recebiam abaixo do piso, que eram 4.060 professores, foram contemplados com o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa, que concedeu o aumento de 13,01%.

Assunto: Suspeição – Ação contra reeleição de Guilherme Uchoa	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: 7	Data: 15/04/2015



► REELEIÇÃO

Juiz desiste de ação contra Guilherme Uchoa

TAUAN SATURNINO

O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Évio Marques da Silva, declarou ontem que não participará do julgamento da Ação Civil Pública promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Pernambuco (OAB-PE) contra as reeleições do presidente e do quarto-secretário da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), Guilherme Uchoa (PDT) e Eriberto Medeiros (PTC), para seus respectivos cargos na Casa.

Em seu despacho, Évio Marques disse que sua presença no

caso poderia por em dúvida a imparcialidade necessária no julgamento do caso. “Prudência é uma máxima que deve nortear todos os provimentos judiciais. Assim, averbo-me suspeito, por motivo de foro íntimo, para julgar presente feito, de sorte a evitar qualquer dúvida quanto à necessária imparcialidade do julgador da causa”, argumentou.

Ainda segundo o juiz, a explicitação dos motivos de sua decisão serão comunicados, confidencialmente, ao Egrégio Conselho da Magistratura. Com o afastamento do magistrado, os autos do processo serão

encaminhados para a 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que tem a juíza Mariza Borges como titular.

O processo da OAB-PE, distribuído em fevereiro para a 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, e tombado sob o nº 0008758-92.2015.8.17.0001, visa impugnar a eleição da Mesa Diretora da Alepe, que reconduziu ao cargo de presidente, pela quinta vez consecutiva, o deputado Guilherme Uchoa, e ao cargo de 4º secretário, pela terceira vez, o deputado Eriberto Medeiros. A OAB-PE entende que as reeleições ferem a Constituição de Pernambuco.

Assunto: Governo do Estado entra com pedido de ilegalidade da greve dos professores no Judiciário	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 1	Data: 15/04/2015



PROFESSORES - Governo do Estado entrou com pedido de ilegalidade da greve junto ao TJPE. Decisão sai hoje.

■ Página 2

Assunto: Estado ingressou com recurso – Greve dos professores	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção:
Página: 2	Data: 15/04/2015



Estado ingressou com recurso em caráter de urgência

Felipe Ribeir



NAS ESCOLAS, os estudantes da rede pública estadual aguardam por soluções que não prejudiquem o ano letivo

Pedido de ilegalidade será julgado hoje

■ PROFESSORES esperam pela avaliação do desembargador Jovaldo Nunes, do Tribunal de Justiça de Pernambuco

A Procuradoria-Geral do Estado ingressou com pedido de ilegalidade da greve dos professores da rede estadual ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O recurso, feito ontem em caráter de urgência, será avaliado pelo desembargador Jovaldo Nunes hoje. De acordo com o procurador-geral do Estado, César Caúla, há um equívoco na pauta de reivindicações. A explicação se dá porque não há vinculação entre a remuneração dos professores de nível médio e dos docentes com licenciatura, já que são cargos distintos.

Caúla também afirmou que a data-base da categoria é em junho e o sindicato não as-

segurou o mínimo de funcionamento previsto por lei, já que se trata de serviço essencial, bem como não notificou a deflagração da paralisação formalmente. Em meio à nova situação, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), Fernando Melo, afirmou que as atividades do movimento paredista serão mantidas. “Vamos aguardar o posicionamento da Justiça. Caso nos seja desfavorável, vamos contestar”, disse.

No segundo dia de greve, a Folha visitou instituições de ensino e viu salas de aula cheias, como a Escola de Referência em Ensino Médio Porto Digital, no Bairro do Recife. Apenas seis dos 18 professores aderiram à manifestação. O gestor da escola, Gleibson Cavalcanti, garantiu que os alunos não serão prejudicados. “São 385 alunos matriculados. Nenhum faltou até agora. Não seremos atingidos pela greve”, enfatizou. De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, 48% (506 escolas)

Folha resume

O pedido de ilegalidade da greve dos professores do Estado será julgado hoje pelo desembargador Jovaldo Nunes. No segundo dia de paralisação, a movimentação nas escolas foi boa. Para hoje, categoria prevê caminhada até a sede do Governo para solicitar diálogo produtivo e eficaz.

não paralisaram as atividades, enquanto 31% (319 unidades) aderiram parcialmente, enquanto 21% (220 escolas) pararam totalmente. Os números são referentes às aulas do turno da manhã. A pasta continua solicitando que os pais ou responsáveis entrem em contato com as escolas dos seus filhos para saber se a unidade está com as atividades normalizadas.

Já no Ginásio Pernambucano, em Santo Amaro, a adesão foi de mais de 90% dos docentes. Lá as aulas estão suspensas. “Na última greve foram descontadas

as faltas do meu salário. No entanto, não vou cessar a luta”, afirmou o professor José Elisomar. Segundo o Sintepe, as medidas da administração estadual não irão impactar o movimento, que teve 70% de adesão no primeiro dia de greve.

Hoje, às 15h, próximo à sede da Fiepe, haverá programação da categoria. “Vamos concentrar e seguir para o palácio. Lá, iremos entregar um documento ao Governo do Estado solicitando a abertura imediata de um processo de negociação que seja produtivo e eficaz”, antecipou Melo.

Assunto: Conferência – Corregedor geral da Justiça de Pernambuco	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Programa	Seção: Persona
Página: 2	Data: 15/04/2015



JUDICIÁRIO

Eduardo Paurá, Corregedor Geral de Justiça, promove, amanhã, às 15h, conferência com o jurista, jornalista e ex-ministro Walter Costa Porto com o tema “A Relação Dialética e Contraditória entre a Imprensa e o Judiciário”, no Fórum Des. Rodolfo Mariano. A editora-executiva da **Folha**, Leusa Santos, representa a editora-chefe, Patrícia Raposo. Os jornalistas Ivanildo Sampaio, Jô Mazzarollo e Jozil Barros, além do secretário de Justiça, Pedro Eurico, também participam.

Assunto: Servidor do TJPE é assassinado

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Capa Dois

Seção:

Página: 2

Data: 15/04/2015

jornal do  commercio

Servidor do TJ é assassinado

Um servidor do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) foi assassinado a tiros por volta das 18h de ontem na Avenida Pan Nordestina, em Olinda, Grande Recife. De acordo com a polícia, Anderson Lima Ribeiro, 32 anos, pilotava sua moto nas imediações da concessionária Autonunes quando foi abordado e executado com sete disparos de revólver calibre 38. O responsável pelo crime conseguiu fugir.

Anderson Ribeiro era casado e deixa uma filha de 8 anos. Segundo familiares, a vítima não tinha inimigos e era muito dedicada ao trabalho e aos estudos. "Ele era muito querido por todos, uma pessoa maravilhosa. Foi da Polícia Militar, sargento do Exército, ingressou na Guarda Municipal do Recife e estava muito feliz por ter entrado recentemente no TJ. A vida dele era estudar", comentou José Adriano da Silva, padrasto da esposa de Anderson.

Conforme informações re-



Ricardo B. Labastier/JC Imagem

OLINDA Crime ocorreu na Avenida Pan Nordestina, às 18h

passadas pela Polícia Civil, o modo como a vítima foi morta mostra que o assassino tinha a intenção de executá-la. "Anderson foi atingido por um tiro na cabeça, que transfixou o capacete, quatro nas costas e dois no ombro, todos indicativos de que ele ainda estava pilotando a moto no momento

dos disparos", afirmou o perito Gilmário Brito.

Apesar da hipótese, a polícia ainda não tem uma linha de investigação definida para o caso. A família de Anderson chegou a cogitar uma briga de trânsito, mas nenhuma possibilidade foi descartada pelos investigadores. "Familiares e

amigos da vítima dizem que ele não tinha envolvimento com nenhuma atividade ilícita, por isso estão todos surpresos com a execução. Ainda é prematuro apontarmos uma motivação para o crime, mas tudo será esmiuçado pela polícia através da investigação", disse a delegada Josineide Confessor, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Anderson era irmão de Alison Lima Ribeiro, do 6º BPM, assassinado a tiros em outubro de 2013 quando saía do serviço em Moreno, na Região Metropolitana do Recife.

O militar chegou a passar quatro dias internado no Hospital Otávio de Freitas (HOF), mas não resistiu à gravidade dos ferimentos. Questionada sobre a possibilidade de os crimes estarem relacionados, Josineide Confessor não excluiu a possibilidade, mas também não a confirmou. "Só no final das diligências poderemos afirmar com certeza o que aconteceu".

Assunto: Greve dos professores – Governo pede ilegalidade da greve ao TJPE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção:
Página: 1	Data: 15/04/2015

jornal do commercio



Fotos: Guipa Matos/JC Imagem

Temporários demais à frente da educação

PROFESSORES Oficialmente, 43% dos docentes têm contrato provisório. Sintepe e MPPE cobram concurso

TEMPORÁRIOS DEMAIS À FRENTE DA EDUCAÇÃO

PROFESSORES Oficialmente, 43% dos docentes têm contrato provisório. Sintepe e MPPE cobram concurso

Margarida Azevedo

mazevedo@jc.com.br

Quase a metade dos professores que atuam nas escolas estaduais e nos programas de educação do governo de Pernambuco não faz parte do quadro de servidores. Dos 40.695 professores ativos, 17.530 são contratados temporariamente, o que representa 43% do corpo docente. Outros 23.165 são efetivos. O alto número de contratos temporários é criticado pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), que, em novembro de 2011, ingressou com uma ação judicial pedindo que o governo fosse impedido de realizar novas contratações provisórias e realizasse concurso público para professor. Três anos e quatro meses depois, o processo ainda tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública.

A abertura de concurso é um dos itens da pauta de reivindicações dos docentes estaduais, que estão em greve desde a última segunda-feira. "É um absurdo, uma excrescência haver tantos professores com contratos temporários. Defendemos concurso. Os docentes temporários recebem menos que os efetivos e não têm valorização na carreira", observa o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), Fernando Melo. A categoria pede também que o reajuste de 13,01% do piso do magistério seja concedido a todos os mestres e não apenas aos que têm nível médio, como ficou definido na lei estadual aprovada no fim de março.

Na Escola Estadual João Barbalho, em Santo Amaro, área central do Recife, há 36 professores, dos quais 22 são temporários e 14 efetivos, segundo o diretor, Natanael José da Silva. Na Escola de Referência em Ensino Médio Carlos Soares da Silva, localizada no município de Salgadinho, no Agreste, são 14 docentes temporários e apenas um efetivo, segundo o Sintepe. O JC tentou entrevistar cinco mestres que atuam como temporários, mas nenhum se prontificou a falar com receio de perder o contrato.

A promotora de Educação Eleonora Rodrigues considera um abuso do Estado ter tantos temporários nas escolas estaduais. "Esses professores não criam vínculo com a comunidade escolar e a remuneração deles é menor que a dos efetivos. Sai mais barato para o governo mantê-los, em vez de abrir concurso. Os contratos temporários deixaram de ter um caráter excepcional e passaram a ser a regra", destaca a promotora. "A ação está se arrastando no Judiciário", complementa.

O juiz Évio Marques, da 2ª Vara da Fazenda, informou, por meio da assessoria de imprensa, que o governo contestou os argumentos do MPPE. Ele entendeu que a Promotoria de Educação deveria replicar. Mandou intimação para a promotoria, que não a aceitou com a justificativa de que deveria vir acompanhada do processo, o que não ocorreu. "A contestação foi feita sim. A ação está pronta para ser julgada. O que falta é a Justiça se posicionar", diz Eleonora. O processo está parado desde novembro do ano passado.

Governo pede a ilegalidade da paralisação

Um dia depois de anunciar o corte do ponto dos professores em greve, o governo do Estado entrou com uma ação junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) pedindo a ilegalidade do movimento. Segundo o procurador-geral do Estado, César Caúla, a data-base da categoria é em junho e antecipar a discussão é “impróprio”.

Caso o TJPE considere a greve ilegal, a categoria deverá voltar ao trabalho imediatamente, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100 mil. O presidente do Sintepe, Fernando Melo, não foi localizado por telefone, ontem à noite, para comentar a medida. À tarde, o sindicato calculou que a adesão da categoria permaneceu de 70%, no segundo dia de greve.

Em relação à contratação provisória de docentes, o Estado alega ser necessária para atender programas temporários, a exemplo do Chapéu de Palha, Mãe Coruja, Paulo Freire e Se Liga. “São programas especiais, com especificidades e tempo certo de duração”, ressalta a secretária-executiva de Desenvolvimento da Educação, Ana Selva.

Apesar disso, mestres com contratos temporários são designados para atuar no ensino regular. “Há áreas, como a de exatas, para a qual nem sempre temos professores habilitados do quadro efetivo. É quando chamamos os temporários”, explica. Ana Selva não acredita que haja comprometimento na qualidade do ensino.

Segundo a secretária-executiva, a gestão reconhece a necessidade de concurso para professor. “Há o plano de abrir concurso, mas ainda sem data prevista. Está sendo feito um levantamento na rede para termos noção exata das vagas”, diz Ana Selva.

A rede estadual de ensino em números

Editoria de Arte/JC

17.530

professores temporários

23.165

docentes efetivos

40.695

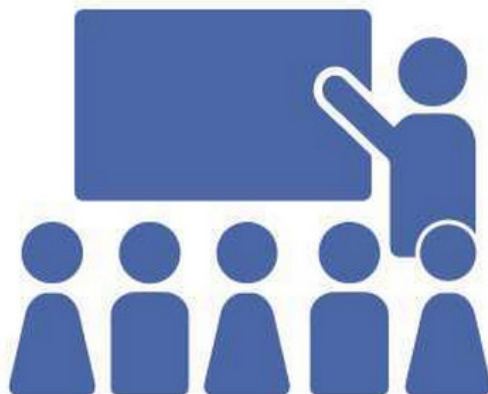
é o total do corpo docente ativos na rede

26.651

professores efetivos aposentados

13,01%

é o percentual de reajuste reivindicado pelo professores para toda a categoria e não apenas para quem tem magistério



2008

foi o último ano que houve concurso para professor

650 mil

alunos matriculados

1.049

escolas

1.917,78

reais é o valor do piso salarial do magistério

Assunto: Greve dos professores – Psol entra com mandado de segurança no Judiciário	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Política	Seção:
Página: 4	Data: 15/04/2015

jornal do  commercio

Greve acirra ânimos entre deputados

ALEPE Edilson Silva foi à Justiça contra o corte de ponto de professores em greve e Teresa Leitão acusou gestão estadual de “sequestrar” o salário dos grevistas. Governo reagiu

Paulo Veras
politica@jc.com.br

O deputado estadual Edilson Silva (PSOL) ingressou ontem com um mandado de segurança contra a decisão do governador Paulo Câmara (PSB) de cortar o ponto dos professores estaduais em greve. O pedido foi protocolado no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no início da tarde e acusa o governo de usar o mecanismo para constranger os servidores. O desembargador responsável pelo caso ainda não foi sorteado (leia mais sobre a greve dos professores em Cidades).

Na Assembleia Legislativa (Alepe), Edilson criticou duramente o governador, a quem chamou de “autoritário” e “truculento”. “Esse decreto é um abuso de autoridade”, disparou o deputado para o plenário praticamente vazio após a saída de quase toda a bancada governista. “Ou esse é um governo que tem uma ausência escandalosa de assessoria jurídica ou é um governo que tem no seu DNA a mais fina flor do autoritarismo”, emendou.

Para a deputada Teresa Leitão (PT), ex-presidente do Sin-



PSOL Edilson Silva: governo “autoritário” e “truculento”

dicato dos Trabalhadores da Educação em Pernambuco (Sintepe), o governador está sequestrando o salário dos professores porque os servidores que estiverem em greve receberão apenas no dia 5 de maio, enquanto aqueles que não participarem da mobilização terão o vencimento depositado no dia 29 de abril. “É um decreto tão autoritário que não deve em na-

da aos decretos das greves da ditadura militar”, cravou.

Em nota, o governo reafirmou que estão mantidas as decisões de cortar os salários e rescindir o contrato dos docentes temporários. O texto também diz que as negociações salariais só serão retomadas após o fim da greve.

Antes do discurso de Edilson, a Assembleia aprovou por

unanimidade, em primeira votação, dois projetos que aumentam em 8% os salários dos servidores da Casa e do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

ARCO

Após uma discussão de 40 minutos, o Legislativo estadual também aprovou a divisão de uma área de proteção ambiental em Moreno que foi apresentada pela bancada governista como o último empecilho para que a Agência Estadual de Meio Ambiental (CPRH) aprove o início das obras do Arco Metropolitano.

O debate teve início depois que Priscila Krause (DEM) criticou a falta de análise do projeto, que foi apresentado pelo governo na última sexta (11). De acordo com o deputado Aluísio Lessa (PSB), a urgência na tramitação é para que a presidente Dilma Rousseff possa ser cobrada sobre a execução do projeto quando vier a Pernambuco no final do mês para inauguração da fábrica da Jeep, em Goiana. A proposta foi aprovada após um acordo do governo e da oposição para que o secretário de Meio Ambiente, Sérgio Xavier, vá à Alepe esclarecer o projeto antes da segunda votação.

Sérgio Bernatino/JC Imagem

Assunto: Servidores do Judiciário aderem a paralisação nacional	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Capa	Seção:
Página: 1	Data: 15/04/2015

DIÁRIOdePERNAMBUCO

RECIFE ADERE A PARALISAÇÃO NACIONAL

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) convocou uma grande mobilização contra o projeto da terceirização com paralisação e manifestações em Brasília e em outras 18 capitais. No Recife, metroviários, rodoviários, bancários, professores e servidores da prefeitura e do Tribunal de Justiça de Pernambuco participam do ato.

POLÍTICA B3

Assunto: Servidores do Judiciário aderem a paralisação nacional

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: Política

Seção:

Página: B3

Data: 15/04/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Paralisação em várias capitais

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) convocou uma grande mobilização contra o projeto da terceirização com paralisação e manifestações em Brasília e em outras 18 capitais. No Recife, metroviários, rodoviários, bancários, professores e servidores da prefeitura e do Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiram aderir à paralisação geral convocada para hoje pela CUT. O metrô não funcionará durante todo o dia, a partir da 0h. De acordo com Genildo Pereira, assessor de comunicação do Sindicato dos Rodoviários, a categoria definiu em assembleia pela participação na greve. Entretanto, o grupo não definiu horário para começo ou fim da suspensão do serviço. Apesar do posicionamento dos sindicatos, o MetroRec e o Grande Recife Consórcio de Transporte negaram a possibilidade de greve dos serviços.

Os bancários de Pernambuco aprovaram, na noite de ontem, uma paralisação de 24 horas. De acordo com representantes do sindicato da categoria, a ideia é suspender o atendimento no maior número de agências. Hoje, o estado conta com 610 unidades. São aproximadamente 12 mil tra-

“

A situação dos terceirizados tende a piorar. Hoje eles já ganham em média 25% menos que o funcionário direto e há alta rotatividade”

Alexandre Colombo, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC



GABRIELA KOROSSY/CAMARA DOS DEPU

Manifestações estão marcadas para 18 estados e Brasília

balhadores. O sindicato programou um ato em frente ao Banco do Brasil da Avenida Rio Branco, no Bairro do Recife, entre 10h e 12h.

A CUT Pernambuco ainda convocou uma manifestação, às 14h, em frente à Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), no bairro de Santo Amaro, área central do Recife. O grupo sairá em passeata até os portões do Palácio do Campo das Princesas, sede do governo estadual, no Centro do Recife.

Opinião

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Alexandre

Colombo, não vê melhorias para o trabalhador com a aprovação do projeto da terceirização. “A situação dos terceirizados tende a piorar. Hoje eles já ganham em média 25% menos que o funcionário direto e há alta rotatividade”.

Edgar Aparecido Pescara, de 42 anos, é funcionário terceirizado da área de logística de uma montadora no ABC há nove anos e teme pela deterioração das condições de trabalho. “O sonho de todo terceirizado é ser contratado e o projeto de lei 4.330 não só acaba com esse sonho, como estende a condição, que é ruim, para outros trabalhadores.”

Assunto: Estado pede na Justiça ilegalidade da greve dos professores	
Veículo: JConline	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

PERNAMBUCO

Estado pede na
Justiça ilegalidade da
greve dos professores



Assunto: Estado pede na Justiça ilegalidade da greve dos professores	
Veículo: JConline	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Estado pede ilegalidade da greve dos professores

Procuradoria-Geral entrou com ação junto ao Tribunal de Justiça



Escolas da rede estadual estão sem funcionar ou funcionando parcialmente desde segunda-feira (13)

Foto: Guga Matos/JC Imagem

Um dia depois de anunciar o corte do ponto dos professores em greve, o governo do Estado entrou com uma ação junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) pedindo a ilegalidade do movimento. Segundo o procurador-geral do Estado, César Caúla, a data-base da categoria é em junho e antecipar a discussão é “impróprio”.

Caso o TJPE considere a greve ilegal, a categoria deverá voltar ao trabalho imediatamente, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100 mil. O presidente do Sintepe, Fernando Melo, não foi localizado por telefone, na noite desta terça-feira, para comentar a medida. À tarde, o sindicato calculou que a adesão da categoria permaneceu de 70%, no segundo dia de greve.

No início da noite, o governo divulgou nota sobre a paralisação. Confira:

O Governo de Pernambuco reafirma que um dos seus principais compromissos é com a qualidade da educação e a valorização dos profissionais de educação. No entanto, diante da atitude inusitada do Sindicato dos Profissionais em Educação de Pernambuco (Sintepe), em romper com o Estado durante o processo de negociação, decretando greve por tempo indeterminado, o Governo de Pernambuco reitera sua intenção de continuar negociando apenas com a condição da suspensão da greve e consequente retorno ao trabalho. Enquanto isso, o Governo mantém sua decisão através da Portaria Conjunta entre as secretarias de Administração (SAD) e Educação (SEE) que determina o corte nos salários, dos dias não trabalhados, dos professores que aderiram a greve, a rescisão dos para os docentes temporários e a substituição e transferência para outras unidades dos servidores lotados nas escolas de referência.

Assunto: PSOL entra com mandado de segurança contra corte do ponto dos professores estaduais em greve	
Veículo: JConline	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

PSOL entra com mandado de segurança contra corte do ponto dos professores estaduais em greve

Desembargador que analisará pedido ainda não foi sorteado pelo TJPE



Para Edilson Silva, governador Paulo Câmara abusou da autoridade e DNA do governo tem fina flor do autoritarismo

Foto: João Bitá / Alepe

O deputado estadual Edilson Silva (PSOL) ingressou ontem com um mandado de segurança contra a decisão do Governo de Pernambuco de cortar os pontos dos professores estaduais em greve. O pedido foi protocolado no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) no início da tarde e acusa o governo de usar o mecanismo para constranger os servidores. O desembargador responsável pelo caso ainda não foi sorteado.

Na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), Edilson criticou duramente o governador Paulo Câmara (PSB), a quem chamou de autoritário e truculento. “Esse decreto é um abuso de autoridade do governador e de seus secretários”, disparou. “Ou esse é um governo que tem uma ausência escandalosa de assessoria jurídica ou é um governo que tem no seu DNA a mais fina flor do autoritarismo”, emendou.

O deputado foi apoiado por colegas da bancada de oposição. “As pessoas começam a compreender a falta de liderança e de capacidade de conduzir o Estado (de Paulo Câmara)”, afirmou Silvio Costa Filho (PTB). “Um governo que se gaba de ser socialista traz esse tipo de rótulo para os dias atuais”, disse Priscila Krause (DEM).

Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Pernambuco (Sintepe), a deputada Teresa Leitão (PT) fez um dos discursos mais duros, afirmando que o governador está sequestrando o salário dos professores porque os servidores que estiverem em greve receberão apenas no dia 5 de maio, enquanto aqueles que não fizerem greve terão o vencimento depositado no dia 29 de abril. “É um decreto que é tão autoritário que não deve em nada aos decretos das greves da ditadura militar”, cravou.

Edilson Silva discursou para o plenário quase vazio. Um dos poucos deputados governistas a acompanhar a fala, Tony Gel (PMDB) citou passagens da bíblia para pedir que a oposição ouvisse a versão do governo e lembrou que Paulo Câmara assumiu há pouco mais de 100 dias. “Acho muito prematuro deflagar uma greve em um governo que está apenas começando. Será um prejuízo muito grande para a garotada”, ponderou.

Assunto: Servidor do TJPE é executado em Olinda	
Veículo: JConline	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Servidor do TJPE é executado em Olinda

Anderson Lima Ribeiro foi assassinado na Avenida Pan Nordestina no início da noite. Executor conseguiu fugir



Vítima foi atingida por sete disparos de revólver calibre 38
Foto: Ricardo B. Labastier/ JC Imagem

Um servidor do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) foi assassinado a tiros por volta das 18h desta terça-feira (14) na Avenida Pan Nordestina, em Olinda, Grande Recife. De acordo com a polícia, Anderson Lima Ribeiro, 32 anos, pilotava sua moto nas imediações da concessionária Autonunes quando foi abordado e executado com sete disparos de revólver calibre 38. O responsável pelo crime conseguiu fugir.

Anderson Ribeiro era casado e deixa uma filha de 8 anos. Segundo familiares, a vítima não tinha inimigos e era muito dedicada ao trabalho e aos estudos. “Ele era muito querido por todos, uma pessoa maravilhosa. Foi da Polícia Militar, sargento do Exército, ingressou na Guarda Municipal do Recife e estava muito feliz por ter entrado recentemente no TJ. A vida dele era estudar”, comentou José Adriano da Silva, padrasto da esposa de Anderson.

Conforme informações repassadas pela Polícia Civil, o modo como a vítima foi morta mostra que o assassino tinha a intenção de executá-la. “O Anderson foi atingido por um tiro na cabeça, que transfixou o capacete, quatro nas costas e dois no ombro, todos indicativos de que ele ainda estava pilotando a moto no momento dos disparos”, afirmou o perito Gilmário Brito.

Apesar da hipótese, a polícia ainda não tem uma linha de investigação definida para o caso. A família de Anderson chegou a cogitar uma briga de trânsito, mas nenhuma possibilidade foi descartada pelos investigadores. “Familiares e amigos da vítima dizem que ele não tinha envolvimento com nenhuma atividade ilícita, por isso estão todos

surpresos com a execução. Ainda é prematuro apontarmos uma motivação para o crime, mas tudo será esmiuçado pela polícia através da investigação”, disse a delegada Josineide Confessor, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Anderson era irmão de Alisson Lima Ribeiro, do 6º BPM, assassinado a tiros em outubro de 2013 quando saía do serviço em Moreno, na Região Metropolitana do Recife. O militar chegou a passar quatro dias internado no Hospital Otávio de Freitas (HOF), mas não resistiu à gravidade dos ferimentos. Questionada sobre a possibilidade de os crimes estarem relacionados, Josineide Confessor não excluiu a possibilidade, mas também não a confirmou. “Só no final das diligências poderemos afirmar com certeza o que aconteceu”.

Assunto: Vara da Mulher de Caruaru está suspensa por corte no orçamento do Judiciário	
Veículo: NE10	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Vara da Mulher de Caruaru está suspensa por corte no orçamento do Judiciário



(Foto: Ascom TJPE)

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) aguardará que o governo do Estado apresente uma solução para o corte no orçamento do Judiciário. A decisão foi tomada em reunião do Pleno, nessa segunda-feira (13). Em ofício enviado para a Presidência do TJPE, o Governo reforçou a autonomia do Judiciário, afirmando a impossibilidade de repassar parte dos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015.

O Executivo informou ainda, no documento, que após o fechamento do primeiro quadrimestre do ano será possível construir uma solução para o problema. Uma nova reunião do Pleno está prevista para o início de maio, quando voltará a discutir o assunto.

– Queremos reafirmar o nosso compromisso com os postulados da independência e da autonomia do Judiciário, para que possamos prestar um serviço mais eficiente para a população. Isso não impede, antes aconselha, que estejamos disponíveis para o diálogo com vistas à resolução do problema. É importante dizer que sem esses recursos muitos projetos ficam inviabilizados, ressaltou o desembargador Frederico Neves, presidente do TJPE.

Com o corte no orçamento foram suspensos projetos que reforçam o combate ao crime, previstos para este ano. Como a duplicação das Varas de Violência contra a Mulher e das Varas de Entorpecentes de Recife; a instalação das Varas de Violência Contra a Mulher de Caruaru e Petrolina, a criação da Vara de Combate ao Crime.

Assunto: Pernambuco vai aderir à paralisação nacional – Servidores TJPE	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Pernambuco vai aderir à paralisação nacional

O protesto é contra a aprovação do projeto de lei 4330/04

Metroviários, rodoviários, bancários, professores e servidores da Prefeitura do Recife e do Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiram aderir à paralisação geral, nesta quarta-feira (15). A greve, convocada pela Central Única dos Trabalhados (CUT), é um protesto contra a aprovação do projeto de lei 4330/04, que legaliza a terceirização em todos os postos da cadeia produtiva.

No estado, o metrô não funcionará durante todo o dia, a partir da 0h. De acordo com Genildo Pereira, assessor de comunicação do Sindicato dos Rodoviários, a categoria definiu em assembleia pela participação na greve. Entretanto, o grupo não definiu horário para começo ou fim da suspensão do serviço. Apesar do posicionamento dos sindicatos, o MetroRec e o Grande Recife Consórcio de Transporte negaram a possibilidade de greve dos serviços.

Os bancários de Pernambuco aprovaram, na noite desta terça-feira (14), uma paralisação de 24 horas. De acordo com representantes do sindicato da categoria, a ideia é suspender o atendimento no maior número de agências. Hoje, o estado conta com 610 unidades. São aproximadamente 12 mil trabalhadores. O sindicato programou um ato em frente ao Banco do Brasil da Avenida Rio Branco, no Bairro do Recife, entre 10h e 12h.

A CUT Pernambuco ainda convocou uma manifestação, às 14h, em frente a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), no bairro de Santo Amaro, área central do Recife. O grupo sairá em passeata até os portões do Palácio do Campo das Princesas, sede do governo estadual, no centro do Recife.

Assunto: Servidores do Judiciário farão passeata contra corte no orçamento do TJPE	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Servidores do Judiciário farão passeata contra corte no orçamento do TJPE

Ato marca o terceiro dia de paralisação da categoria

Os servidores de Judiciário de Pernambuco, em paralisação desde a segunda-feira passada, reúnem-se em assembleia geral nesta quarta-feira. Em seguida, a categoria promete realizar uma grande passeata em direção ao Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo do Estado.

A caminhada deve sair às 15h, do Fórum Paula Batista, no bairro de Santo Antônio. Os organizadores esperam reunir cerca de mil pessoas, com apoio do Sindicato dos Servidores de Justiça do Estado de Pernambuco (Sindjud-PE), que está convocando toda a categoria a ampliar o nível de engajamento e fortalecer a luta pela valorização da carreira.

O impasse quanto ao orçamento do TJPE continua e os servidores permanecem sem definição quanto ao principal pleito da categoria. Na manhã da segunda-feira passada, a sessão extraordinária do Pleno, convocada para apreciar as medidas administrativas e judiciais em razão dos cortes no orçamento, decidiu aguardar até o final do mês de abril. Na ocasião, o presidente do tribunal, Frederico Neves, leu documento encaminhado pelo Governador do Estado Paulo Câmara, que pediu mais tempo para apresentar uma resposta definitiva.

Por meio de ofício enviado terça-feira à presidência do TJPE, o Governo afirma que só poderá apresentar uma definição após o fechamento do quadrimestre das contas e acredita ser possível construir uma solução dialogada para o problema. O Pleno ficará em estado de convocação permanente e deve se reunir na primeira semana do mês de maio. Também ficou definido que a Direção do Tribunal fará contato com escritório de advocacia para analisar as medidas jurídicas cabíveis caso a situação não seja solucionada.

Para a categoria, a demora na solução do impasse prejudica diretamente os servidores da Justiça estadual que atualmente recebem o menor salário base do Brasil. Desde o dia 02 de outubro de 2014, a Sessão do Pleno aprovou, por unanimidade, a proposta orçamentária da Justiça estadual para 2015, com a reserva de recursos específicos para a progressão funcional, mas até agora o projeto não foi implantado.

Assunto: Governo de PE pede ilegalidade da greve dos professores à Justiça	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



GREVE DOS PROFESSORES

Governo pede que TJ decrete ilegalidade

👍 30

Assunto: Governo de PE pede ilegalidade da greve dos professores à Justiça	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:

G1**PERNAMBUCO**

Governo de PE pede ilegalidade da greve dos professores à Justiça

Solicitação foi protocolado pela Procuradoria-Geral do Estado nesta terça. Pedido será analisado pelo desembargador Jovaldo Nunes.



A Procuradoria-Geral do Estado protocolou, na tarde desta terça (14), pedido de ilegalidade da greve dos professores da rede estadual no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Os docentes estão de braços cruzados desde a última sexta (10) e reivindicam aumento de 13,01% para toda a categoria, formada por quase 50 mil profissionais. A proposta do governo estadual é aumentar o salário dos docentes com ensino médio (antigo magistério), o que corresponde a 10% da categoria.

Segundo a assessoria de imprensa do TJPE, o pedido de ilegalidade será analisado pelo desembargador Jovaldo Nunes, que deve pronunciar a decisão nesta quarta (15). Em nota, a Secretaria Estadual de Educação informou que 51% das escolas foram afetadas com a paralisação nesta terça. De acordo com levantamento da pasta, “31% (319 unidades) paralisaram parcialmente e 21% (220 escolas) aderiram totalmente à paralisação”. Já 48% (506 escolas) não paralisaram as atividades. Os números são referentes às aulas do turno da manhã.

Nesta terça, o governo estadual publicou portaria no Diário Oficial determinando o corte do ponto dos professores que aderirem à greve. A medida inclui, ainda, a possibilidade de rescisão dos contratos dos servidores contratados temporariamente; e a chance de troca de localização dos servidores lotados nas escolas de referência.

Mesmo com a publicação das determinações, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), Fernando Melo, afirmou que a greve está mantida. Os docentes só devem avaliar a situação da greve em assembleia, na próxima sexta-feira (17), no Centro de Convenções. Nesta quarta, a categoria planeja fazer uma passeata na capital.

De acordo com o governo do estado, o aumento não foi dado a todos os professores porque Pernambuco já pagava o piso superior ao valor estipulado pelo governo federal. Aqueles que recebiam abaixo do piso, que eram 4.060 professores, foram contemplados com o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa, que concedeu o aumento de 13,01%.

Assunto: Servidor público é executado com 7 tiros no Complexo Salgadinho, em PE	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Servidor público é executado com 7 tiros no Complexo Salgadinho, em PE

Ele voltava para casa, em Olinda, após o trabalho no Fórum Joana Bezerra. Homem foi baleado enquanto pilotava sua moto, por volta das 18h30 de 3ª.

Um homem foi assassinado com sete tiros no Complexo Salgadinho, em Olinda, na noite da terça-feira (14). De acordo com a polícia, ele era servidor público e estava voltando para casa, depois do trabalho quando, foi executado.

Segundo a polícia, o homem, de 32 anos, foi alvejado enquanto pilotava sua moto, por volta das 18h30, nas proximidades do Viaduto Luiz Delgado. O autor do crime não foi encontrado, mas o caso está sendo investigado pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Parentes informaram que o servidor público trabalhava como técnico judiciário no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, que fica na Ilha Joana Bezerra, no Recife. Quando foi morto, estava a caminho de casa, em Jardim Atlântico, Olinda.

Ainda segundo os parentes da vítima, ele é irmão de um policial militar que foi assassinado em outubro de 2013 no município de Moreno, na Região Metropolitana do Recife.

Assunto: Número de escolas afetadas pela greve dos professores da rede estadual aumenta	
Veículo: folhape.com.br	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Número de escolas afetadas pela greve dos professores da rede estadual aumenta

Paralisação parcial chegou a 31%. Governo pede ilegalidade da greve



Conforme levantamento da Secretaria de Educação de Pernambuco, divulgado na tarde desta terça-feira (14), 21% (220) das escolas tiveram as aulas paralisadas totalmente neste segundo dia de greve dos professores da rede estadual. O número é ligeiramente menor que o da última segunda (13), quando 22% das unidades foram totalmente afetadas. Já a paralisação parcial, que foi de 23%, no primeiro dia, chegou a 31% (319), nesta terça. O quantitativo de escolas que mantiveram as atividades normalmente caiu de 55% para 48% (506).

Na última segunda-feira, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) contestou os números e afirmou que a adesão foi de 70%. A classe trabalhadora decidiu cruzar os braços por ser contrária ao reajuste salarial de 13,01% enviado pelo Executivo e aprovado pela Assembleia Legislativa, já que o aumento do piso beneficia apenas os profissionais da base da carreira, o que equivale a 10% da categoria.

Pedido de ilegalidade

Diante deste cenário, a Procuradoria-Geral do Estado protocolou no fim da tarde desta terça-feira, junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o pedido de ilegalidade da greve dos docentes da rede estadual. O pedido será analisado pelo desembargador Jovaldo Nunes, que deve divulgar uma decisão nesta quarta-feira (15).

A gestão estadual publicou uma portaria no Diário Oficial do Estado desta terça-feira (14), através da qual determina "a apuração da frequência dos servidores que não comparecerem" às unidades de trabalho e alerta que haverá desconto das faltas na remuneração. Outra medida da portaria explica que "os servidores lotados nas escolas de referência que aderirem à paralisação poderão ser removidos para posterior localização em outra unidade de trabalho, sendo aberto processo para a substituição

destes”, e que “os servidores contratados temporariamente que aderirem à paralisação poderão ter os seus contratos de trabalho rescindidos”.

O dia de paralisação

Na Escola de Referência em Ensino Médio Porto Digital, no Bairro do Recife, as 11 turmas estavam cheias de alunos nesta terça. Dos 18 professores, apenas seis aderiram à greve na unidade. Por outro lado, no Ginásio Pernambucano, no bairro de Santo Amaro, a paralisação teve adesão de mais de 90%. Segundo o Sintepe, mesmo com as medidas da administração estadual para impactar o movimento, a mobilização deve continuar por tempo indeterminado.

No Diário Oficial do Estado desta terça, foi publicada uma portaria que determinou, entre outros pontos, descontos no salário dos professores que não mantiverem a frequência nos postos de trabalho. Servidores contratados temporariamente que aderirem à paralisação também estarão sujeitos a terem os contratos rescindidos.

Assunto: Ex-guarda municipal é morto a tiros no bairro de Salgadinho, em Olinda	
Veículo: folhape.com.br	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Ex-guarda municipal é morto a tiros no bairro de Salgadinho, em Olinda

Dois homens em uma moto teriam efetuados os disparos contra a vítima

Um ex-guarda municipal do Recife foi assassinado na noite desta terça-feira (14), nas proximidades do Parque Memorial Arcoverde, no bairro de Salgadinho, em Olinda, Região Metropolitana do Recife (RMR). De acordo com a assessoria da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE), a vítima, identificada como Anderson Lima Ribeiro, de 32 anos, passava pelo local em uma motocicleta, quando dois homens, também em uma moto, atiraram contra o homem, que faleceu no local.

De acordo com amigos e familiares da vítima, a cerca de um mês Anderson havia deixado a GM, pois teria passado em um concurso para técnico judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Segundo a polícia, ainda não se sabe qual teria sido a motivação para o crime, que será investigado pelo Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP). O corpo do rapaz já foi recolhido e encaminhado ao Instituto de Medicina Legal (IML), em Santo Amaro, Área Central do Recife.

Assunto: Paralisação servidores do TJPE	
Veículo: folhape.com.br	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



JUDICIÁRIO ESTADUAL

Servidores realizam uma paralisação desde segunda e, nesta quarta-feira, manterão o movimento, com concentração no Fórum Paula Batista, na rua do Imperador. Em seguida, devem se unir ao protesto organizado pela CUT. Serão afetados serviços como consulta de processos, atendimento ao público e audiências, com exceção das causas referentes a saúde, alimentação e réus presos.

Assunto: Governo Paulo Câmara entra na Justiça e pede ilegalidade da greve dos professores	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Governo Paulo Câmara entra na Justiça e pede ilegalidade da greve dos professores



O secretário de Administração do governo Paulo Câmara, Milton Coelho, informou ao Blog de Jamildo, ainda há pouco, que a gestão entrou na Justiça do Estado, nesta tarde, pedindo a ilegalidade do movimento grevista dos professores da rede estadual. A greve foi deflagrada na sexta-feira da semana passada.

“Vamos aguardar o pronunciamento da Justiça. Na nossa avaliação, o que aconteceu até aqui foi uma medida de radicalização. E o governo do Estado não pode ficar de braços cruzados, assistindo esse processo de radicalização evoluir, enquanto a população é prejudicada, sem aulas”, declarou, por telefone, de Brasília.

O pedido de socorro ao TJPE ocorre no segundo dia da paralisação, quando a Secretaria de Educação registrou, em levantamento oficial, que que 48% (506 escolas) não paralisaram as atividades, enquanto 31% (319 unidades) paralisaram parcialmente e 21% (220 escolas) aderiram totalmente à paralisação. No primeiro dia, a não adesão havia sido maior.

De acordo com primeiro levantamento feito nas escolas da Rede Estadual de Ensino, referente ao primeiro dia de greve dos professores, na segunda-feira (13), informou-se que 55% das escolas (574 unidades) não haviam paralisado suas atividades, 28% pararam parcialmente (239 escolas) e 22% paralisaram totalmente (232 escolas).

Entre um dia e outro, o fato novo foi a ameaça de corte de ponto por parte do governador Paulo Câmara, caso os funcionários não voltassem ao trabalho. O governo insiste que só negocia com o fim do movimento.

O secretário de Paulo Câmara recusou-se a comentar se a greve era política ou não.

“Não há qualquer justificativa para os professores estarem em greve, a não ser algum elemento que a gente não identificou ainda. O que nós estranhamos é que a CUT, nacionalmente, reconheça as dificuldades do governo Federal e não reconheça as mesmas dificuldades na situação de Pernambuco”, observou.

“O candidato Paulo Câmara prometeu dobrar o salário dos professores em quatro anos e não em quatro meses”, completou. Além de acionar o Sintepe na Justiça, o secretário Milton Coelho confirmou ainda que o governo do Estado fechou a folha de pagamento de pessoal de abril nesta terça-feira, mas manteve aberta a folha dos professores até pelo menos o dia 20, de modo a poder descontar os dias parados, caso os professores continuem em greve.

“Eles romperam de forma unilateral o processo de negociação. Vamos apurar o máximo de faltas, para efetuar o descontos. Em apenas dois dias, oito mil aulas deixaram de ser dadas, causando grande prejuízo às famílias, já em situação de vulnerabilidade”, afirmou, frisando que o plano do governo era esgotar todas as possibilidades de negociação.

Nota oficial

As mesmas premissas foram reiteradas em uma nota oficial divulgada agora de noite. Veja os termos abaixo.

“O Governo de Pernambuco reafirma que um dos seus principais compromissos é com a qualidade da educação e a valorização dos profissionais de educação. No entanto, diante da atitude inusitada do Sindicato dos Profissionais em Educação de Pernambuco (Sintepe), em romper com o Estado durante o processo de negociação, decretando greve por tempo indeterminado, o Governo de Pernambuco reitera sua intenção de continuar negociando apenas com a condição da suspensão da greve e consequente retorno ao trabalho.

Enquanto isso, o Governo mantém sua decisão através da Portaria Conjunta entre as secretarias de Administração (SAD) e Educação (SEE) que determina o corte nos salários, dos dias não trabalhados, dos professores que aderiram a greve, a rescisão dos para os docentes temporários e a substituição e transferência para outras unidades dos servidores lotados nas escolas de referência”.

Assunto: Juiz indicado para julgar ilegalidade da 5º eleição de Uchoa pede afastamento e alega questões pessoais	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Juiz indicado para julgar ilegalidade da 5º eleição de Uchoa pede afastamento e alega questões pessoais



Foto: João Bitá/Alepe

Mais de dois meses depois de o deputado estadual Guilherme Uchoa (PDT) ser reconduzido, pela quinta vez, à presidência da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), o juiz indicado para julgar o processo saiu do processo alegando estar impossibilitado por motivos pessoais.

Nesta terça-feira (14), o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Évio Marques da Silva, em seu despacho, alegou que “prudência é uma máxima que deve nortear todos os provimentos judiciais. Assim, averbo-me suspeito, por motivo de foro íntimo, para julgar presente feito, de sorte a evitar qualquer dúvida quanto à necessária imparcialidade do julgador da causa”, justificou.

Ainda de acordo com ele, a motivação de tal decisão será paralelamente objeto de comunicação confidencial ao Conselho da Magistratura. Com o afastamento do juiz Évio do caso, os autos do processo serão encaminhados para a 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que tem a juíza Mariza Borges como titular.

O processo da OAB-PE, distribuído em fevereiro último para a 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual tem o objetivo de impugnar a eleição da Mesa Diretora da Alepe, que

reconduziu ao cargo de presidente, pela quinta vez consecutiva, o deputado Guilherme Uchoa, e ao cargo de 4º secretário, pela terceira vez, o deputado Eriberto Medeiros.

O objetivo da OAB-PE pretende anular os atos de homologação das candidaturas e, conseqüentemente, as eleições dos aludidos deputados, por vício de inconstitucionalidade. O ato traz pedido de liminar para que sejam, desde já, suspensos os efeitos dos atos impugnados e, por consequência, afastados os réus dos cargos de presidente e 4º secretário da Alepe, até julgamento final da ação.

Para o presidente da OAB-PE, Pedro Henrique Reynaldo Alves, a decisão do magistrado há de ser respeitada, pois está fundada em razões de foro íntimo, mas acrescenta que, normalmente quando isso acontece no curso do processo, é “sinal que interferências externas vieram a comprometer a isenção do juiz para atuar com a independência e imparcialidade devidos”, alfinetou.

Assunto: Por motivos pessoais, juiz desiste de julgar ação contra Mesa Diretora da Alepe	
Veículo: Blog da Folha	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Por motivos pessoais, juiz desiste de julgar ação contra Mesa Diretora da Alepe

O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Évio Marques da Silva, se declarou suspeito para julgar a Ação Civil Pública promovida pela Ordem de Advogados do Brasil – seccional Pernambuco (OAB-PE) sobre a reeleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). O magistrado alegou “motivos de ordem pessoal” para julgar o caso.

“Averbo-me suspeito, por motivo de foro íntimo, para julgar presente feito, de sorte a evitar qualquer dúvida quanto à necessária imparcialidade do julgador da causa”, disse o juiz.

Com o afastamento do juiz Évio do caso, os autos do processo serão encaminhados para a 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que tem a juíza Mariza Borges como titular. O processo da OAB-PE visa impugnar a eleição da Mesa Diretora da Alepe, que reconduziu ao cargo de presidente, pela quinta vez consecutiva, o deputado Guilherme Uchoa (PDT), e ao cargo de 4º secretário, pela terceira vez, o deputado Eriberto Medeiros (PTC). O órgão acusa as duas reeleições de inconstitucionais.

De acordo com o presidente da OAB-PE, Pedro Henrique, a decisão do juiz Évio deve ser respeitada, por ter sido feita em razões de problemas pessoais. “Normalmente quando isso acontece no curso do processo é sinal que interferências externas vieram a comprometer a isenção do juiz para atuar com a independência e imparcialidade devidos”, relatou o líder do órgão jurídico.

Assunto: Governo de PE pede ilegalidade da greve	
Veículo: Blog da Folha	Data: 15/04/2015
Editoria:	Seção:



Governo de PE pede ilegalidade da greve



A Procuradoria-Geral do Estado protocolou, na tarde de hoje, pedido de ilegalidade da greve dos professores da rede estadual no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Os docentes estão de braços cruzados desde a última sexta e reivindicam aumento de 13,01% para toda a categoria, formada por quase 50 mil profissionais. A proposta do governo estadual é aumentar o salário dos docentes com ensino médio (antigo magistério), o que corresponde a 10% da categoria.

Segundo a assessoria de imprensa do TJPE, o pedido de ilegalidade será analisado pelo desembargador Jovaldo Nunes, que deve pronunciar a decisão amanhã. Em nota, a Secretaria Estadual de Educação informou que 51% das escolas foram afetadas com a paralisação nesta terça. De acordo com levantamento da pasta, “31% (319 unidades) paralisaram parcialmente e 21% (220 escolas) aderiram totalmente à paralisação”. Já 48% (506 escolas) não paralisaram as atividades. Os números são referentes às aulas do turno da manhã.

Hoje, o governo estadual publicou portaria no Diário Oficial determinando o corte do ponto dos professores que aderirem à greve. A medida inclui, ainda, a possibilidade de rescisão dos contratos dos servidores contratados temporariamente; e a chance de troca de localização dos servidores lotados nas escolas de referência.

Mesmo com a publicação das determinações, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), Fernando Melo, afirmou que a greve está mantida. Os docentes só devem avaliar a situação da greve em assembleia, na próxima sexta-feira, no Centro de Convenções. Nesta quarta, a categoria planeja fazer uma passeata na capital.

De acordo com o governo do estado, o aumento não foi dado a todos os professores porque Pernambuco já pagava o piso superior ao valor estipulado pelo governo federal. Aqueles que recebiam abaixo do piso, que eram 4.060 professores, foram contemplados com o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa, que concedeu o aumento de 13,01%.